

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Paulo Buhr Ribeiro

ESPORTE E EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MINAS GERAIS:
UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS ESPORTIVOS E DAS
PRÁTICAS ESPORTIVAS EM UNIDADES ESCOLARES

Belo Horizonte

2023

Paulo Buhr Ribeiro

ESPORTE E EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MINAS GERAIS:
UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS ESPORTIVOS E DAS
PRÁTICAS ESPORTIVAS EM UNIDADES ESCOLARES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na modalidade de monografia ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração Pública..

Orientador: Ágnez de Lélis Saraiva

Belo Horizonte

2023

R484e Ribeiro, Paulo Buhr.
Esporte e educação na rede estadual de ensino de Minas Gerais: uma análise dos programas educacionais esportivos e das práticas esportivas em unidades escolares / Paulo Buhr Ribeiro. – Belo Horizonte, 2023.
[06], 72 f.

Trabalho de conclusão de Curso (Bacharel em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, 2023.

Orientador: Ágnez de Lélis Saraiva

Bibliografia: f. 66-72

1. Educação física – Rede Pública Estadual de Ensino de Minas Gerais. 2. Esporte - Políticas públicas – Minas Gerais. I. Saraiva, Ágnez de Lélis. II. Título.


CDU 37:796(815.1)

Paulo Buhr Ribeiro

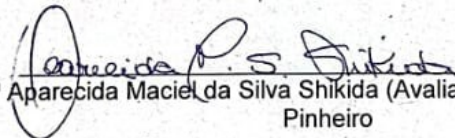
Esporte e Educação na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais: uma análise dos programas educacionais esportivos e das práticas esportivas em unidades escolares

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

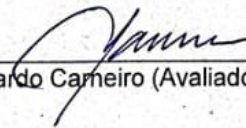
Aprovado na Banca Examinadora



Prof. Agnez de Lélis Saraiva (Orientador) – Fundação João Pinheiro



Prof.^a Aparecida Maciel da Silva Shikida (Avaliadora) – Fundação João Pinheiro



Prof. Ricardo Carneiro (Avaliador) – Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2023

RESUMO

O presente estudo tem como seu objeto de estudo os programas educacionais esportivos e das práticas esportivas nas aulas de Educação Física das unidades escolares da rede pública de ensino do estado de Minas Gerais. O seu objetivo geral é realizar uma análise descritiva das práticas esportivas nas aulas de Educação Física de uma unidade escolar da rede pública estadual. Para atingir esse objetivo, é realizado um breve debate sobre o conceito de políticas públicas, destacando a relevância de estudar essa temática e explorando suas diversas formas de provisão. O estudo também aborda a formulação e o desenho de política pública, bem como os desafios envolvidos em sua implementação. Na sequência, serão apresentados os conceitos fundamentais relacionados ao esporte, aprofundando na discussão sobre o ensino de educação física de sua interação com as demais disciplinas escolares. Por se trata de uma análise descritiva, ele utilizou da análise de conteúdo para o estudo das legislações federais e estaduais que regulamentam o ensino da Educação Física e as práticas esportivas nas escolas. O estudo procurou identificar como o ensino é efetivamente implementado nas unidades de ensino em Minas Gerais e quanto ele se aproxima ou distancia do seu desenho. Além disso, é realizada uma análise da condição dos docentes, dos equipamentos e insumos disponíveis para a realização das aulas, bem como a estruturação dessas práticas no currículo do estado. Ao final, o estudo apresenta suas considerações finais, consolidando as principais conclusões e destacando possíveis direcionamentos para futuras ações e pesquisas nesse campo.

ABSTRACT

The present study has as its object of study the sports educational programs and sports practices in Physical Education classes in school units in the public education network in the state of Minas Gerais. Its general objective is to carry out a descriptive analysis of sports practices in Physical Education classes at a state public school unit. To achieve this objective, a brief debate is held on the concept of public policies, highlighting the relevance of studying this topic and exploring its different forms of provision. The study also addresses the formulation and design of public policy, as well as the challenges involved in its implementation. Next, the fundamental concepts related to sport will be presented, deepening the discussion on the teaching of physical education and its interaction with other school subjects. As it is a descriptive analysis, he used content analysis to study federal and state legislation that regulates the teaching of Physical Education and sports practices in schools. The study sought to identify how teaching is effectively implemented in teaching units in Minas Gerais and how close or far it is from its design. In addition, an analysis is carried out of the condition of teachers, equipment and supplies available to carry out classes, as well as the structuring of these practices in the state curriculum. At the end, the study presents its final considerations, consolidating the main conclusions and highlighting possible directions for future actions and research in this field.

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	8
2.	Políticas públicas: definição, importância, formas de análise e implementação	11
2.1.	Política pública e formas de análise	11
2.2.	A necessidade de estudar políticas públicas.....	15
2.3.	Formas de estudar uma política pública	16
2.4.	Formulação e desenho de uma política pública	18
2.5.	Implementação de políticas públicas	21
3.	Esporte, política pública de esporte e o ensino da educação física no Brasil	25
3.1.	O conceito de esporte	25
3.2.	Política pública de esporte	27
3.3.	Histórico da educação física e do esporte escolar	30
3.4.	O ensino da educação física e a política educacional	34
4.	Percurso Metodológico	39
5.	Análise dos dados	43
5.1.	Legislação federal que regulamenta o ensino de Educação Física e as práticas esportivas nas escolas	43
5.2.	Legislação estadual de Minas Gerais que regulamenta o ensino da Educação Física e as práticas esportivas nas escolas	48
5.3.	Como é o ensino da educação física nas escolas de Minas Gerais.....	51
5.4.	Condições dos docentes.....	56
5.5.	Equipamentos e insumos escolares para a educação física.....	58
5.6.	A Educação Física no currículo escolar e as práticas esportivas.....	59
6.	Considerações Finais	62
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

1. Introdução

A prática esportiva é considerada e divulgada pelos meios de comunicação como algo positivo e necessário para todas as idades. Segundo os especialistas são inúmeros os seus benefícios para a saúde física e mental daqueles indivíduos que a praticam. Apesar desta posição quase consensual, é necessário analisar a prática esportiva realizada no âmbito escolar. Isto acontece porque, neste caso, é uma política pública direcionada ao universo das crianças, adolescentes, jovens e adultos matriculados e frequentando as unidades escolares e com finalidade específica. No entanto, é necessário saber como são ofertadas as aulas, os recursos disponíveis nas escolas, as condições de trabalho dos docentes desta disciplina e o envolvimento e participação dos estudantes.

Atualmente, segundo dados do INEP, existem na Rede Pública Estadual de Ensino de Minas Gerais, 1.801.765 (um milhão oitocentos e um mil setecentos e sessenta e cinco) alunos matriculados e distribuídos entre os níveis de pré-escola, anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, ensino médio, EJA – Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. Estes alunos estão distribuídos em 3.553 (três mil quinhentas e cinquenta e três) unidades escolares, nos 853 (oitocentos e cinquenta e três) municípios mineiros (INEP, 2022).

É possível dizer que a realidade da educação de Minas Gerais reflete o que é observado pela educação brasileira, em que os problemas que existem são tantos e tão graves, que fica difícil prever o seu futuro (KUPPER, 2004). Entre eles, destaca-se o baixo desempenho dos alunos, altas taxas de evasão, repetência e reprovação e a desigualdade educacional.

Outrossim, mesmo diante de todos os problemas que existem, é necessário lembrar que a rede estadual de ensino de Minas Gerais ainda sim, possui um papel relevante na garantia do direito à educação e na coordenação da política educacional no estado. Quando se analisa sob a ótica da prática esportiva, constata-se que para uma grande parcela do público matriculado na rede estadual, o único espaço que possuem acesso para prática de esportes são as unidades escolares que frequentam.

No ano de 2021, o governo de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Educação – SEE/MG deu início a sexta etapa do programa “Mãos à Obra”, com a

construção de quadras poliesportivas em 125 unidades de ensino da rede estadual e investimento de R\$ 100 milhões¹. A implementação do referido programa permite entender a relevância do esporte escolar e a necessidade de atuação do Governo do Estado para cumprir o que está previsto na legislação brasileira (BRASIL, 1996; 2017). Além disso, estes programas governamentais devem assegurar que as unidades escolares da rede estadual de ensino possam oferecer aulas de educação física variada e ajustada às necessidades dos estudantes e integradas ao currículo escolar e, se possível, oportunizar, para aqueles e aquelas estudantes que desejarem, programas voltados para o desenvolvimento esportivo.

Importante destacar o volume de recursos financeiros disponibilizados pelo referido programa, destinados para a construção das quadras poliesportivas nas unidades escolares da rede estadual de ensino e não há dados disponíveis sobre os critérios de elegibilidade das escolas para serem beneficiadas. Diante disso, é possível que as unidades escolares contempladas não dispunham do equipamento ou estavam em condições ruins para prática esportiva dos estudantes. Caso aconteça o referido programa cumpra os seus objetivos, será um avanço na oferta de recursos para práticas esportivas nas escolas.

Os investimentos governamentais em insumos escolares para prática esportiva nas escolas estão de acordo com os estudos. Neste caso, eles mostram que a prática de esportes apresenta inúmeros benefícios para a saúde física e mental daqueles indivíduos que as praticam. Por este motivo, ele é um tema que mobiliza o debate acadêmico, sobretudo, ao tratar-se do ensino da Educação Física na educação básica. (MORCHBACHER; MAURENTE,2011).

Diante da importância das aulas de Educação Física e, nelas, das atividades esportivas, este estudo se propõe a investigar o desenho e a prática desta disciplina. Assim, o presente estudo tem como tema, a análise das práticas esportivas em unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Estado de Minas Gerais. E será objeto do presente trabalho, realizar uma análise descritiva do ensino da Educação Física em uma

1 - Governo de Minas irá construir quadras poliesportivas em escolas de mais de 100 municípios. - Serão investidos R\$ 100 milhões nesta 6ª etapa do Mãos à Obra na Escola, programa da Secretaria de Estado de Educação - <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-ira-construir-quadras-polyesportivas-em-escolas-de-mais-de-100-municipios>

unidade escolar, sendo que esta decorreu das limitações de recursos para realização de uma pesquisa amostral ou censitária. E como se trata de uma análise de caráter exploratório, tentará identificar se há contradições e problemas entre o que encontra-se previsto no conteúdo programático da disciplina Educação Física, com a realidade existente na unidade escolar.

Assim em princípio a escolha da escola seguiu os seguintes critérios: i) localização em bairro periférico da cidade; ii) perfil socioeconômico da localidade onde a escola está situada; iii) disponibilidade de equipamentos voltados à prática esportiva (quadras poliesportivas); iv) número de alunos matriculados nas unidades escolares.

As análises contemplarão o desenho das práticas esportivas presentes nos instrumentos normativos que regulamentam o currículo escolar e sua implementação. Para isso, este estudo está estruturado da seguinte forma, além desta introdução, primeiro traz o debate de políticas públicas e políticas públicas educacionais e o ensino da educação física no Brasil. Aprofundando-se no debate de esporte e política pública e como os dois se comunicam no ambiente escolar.

Em seguida, apresentando o problema de pesquisa e o percurso metodológico seguido durante o presente estudo, para assim, realizar uma análise de toda a legislação que permeia a regulamentação das aulas de Educação Física no Brasil e especialmente no âmbito do Estado de Minas Gerais, fazendo uma breve contextualização histórica do seu surgimento. Por fim, apresentam-se os resultados obtidos e as conclusões que este estudo alcança em suas considerações finais.

2. Políticas públicas: definição, importância, formas de análise e implementação.

Este estudo se propõe a analisar as políticas públicas de esporte direcionadas para as escolas da Rede Estadual de Ensino do governo do Estado de Minas Gerais. Para avançar nas análises, é necessário antes identificar o significado de política pública e as formas de analisá-las. Com isso, será possível compreender as etapas do processo de provisão e identificar possíveis falhas ou problemas. Esta seção é dedicada à definição de políticas públicas, formas de análise e implementação.

2.1. Políticas públicas e formas de análise

Quando se pretende analisar como estão sendo realizadas as práticas esportivas em unidades escolares da rede pública estadual de ensino, na verdade, o objetivo final é realizar a análise de uma política pública. No caso específico do presente trabalho, será aquela afeita a educação das crianças e dos jovens no ambiente escolar, especialmente no que tange às práticas esportivas. Ou mais precisamente, as práticas esportivas presentes nas aulas da disciplina Educação Física.

Mas para se analisar uma política pública, deve-se entender inicialmente o que são políticas públicas. Souza (2006), utiliza a seguinte definição que se mostra bastante abrangente e interessante para este estudo, como

o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2006, p. 26).

Por sua vez, Rosa et. al apud Peters (2015) define as políticas públicas como o conjunto de atividades que os governos empreendem com a finalidade de mudar sua economia e sociedade. Outra definição parecida a esta última é proposta por Castro et.al apud Assis (2015) que apresentam o conceito de que políticas públicas são, em geral, definidas como o conjunto de estratégias e ações articuladas, adotadas por autoridade governamental formalmente constituída, que visam alcançar um resultado público e a satisfação do interesse de uma coletividade.

Sechi (2020), traz para o debate conceitual uma outra abordagem que também satisfaz aos objetivos deste estudo. Para ele, a política pública é um conceito abstrato que

se materializa com instrumentos concretos, como, por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviços, subsídios, impostos, taxas, decisões judiciais, entre muitos outros.

Com base nos conceitos apresentados anteriormente, é possível concluir que políticas públicas envolvem decisões, medidas e programas adotados pelo governo com o intuito de resolver problemas de grande impacto social e/ou satisfazer as necessidades e demandas da sociedade. Essas políticas podem englobar diversas áreas, que vão desde saúde e educação até segurança pública, meio ambiente, economia e muito mais. O principal objetivo das políticas públicas é promover o bem-estar geral e atender aos interesses públicos, sendo elaboradas em diferentes níveis de governo, desde o âmbito federal até o local. Elas desempenham um papel fundamental na formação da sociedade e na promoção do bem-estar dos cidadãos, abordando questões como desigualdade, acesso a serviços públicos, segurança e desenvolvimento econômico.

Os estudos mostram que houveram avanços e relativo consenso entre os analistas sobre a definição de políticas públicas. Isso foi conseguido ao longo do processo de evolução dos estudos de políticas públicas. Apesar da trajetória dos estudos, é necessário retornar aos anos de 1930 para compreender sua evolução.

Assim, de acordo com Souza (2018), a política pública como campo de conhecimento e disciplina acadêmica teve sua origem nos Estados Unidos. Estes estudos adotaram abordagens que divergiram das etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas na mesma área. Enquanto os estudos europeus estavam predominantemente centrados na análise do Estado e de suas instituições, com menos ênfase na produção e implementação de políticas governamentais, as abordagens estadunidenses se destacaram por seu foco nas políticas públicas como um campo específico de estudo, abrangendo tanto o processo de formulação quanto de implementação de políticas governamentais. Isso representou um importante desvio em relação à tradição europeia e contribuiu para o desenvolvimento da disciplina de políticas públicas nos Estados Unidos (SOUZA, 2018).

Marques (2018) atribui o surgimento do campo das políticas públicas ao seu estágio inicial de desenvolvimento, destacando o trabalho do cientista político norte-americano Harold Lasswell. Lasswell foi particularmente ativo em seus estudos sobre

mídia e comunicações durante o período compreendido entre as décadas de 1930 e 1970. Seu trabalho pioneiro nesse campo desempenhou um papel fundamental na consolidação da preocupação e no início da análise das políticas públicas, contribuindo significativamente para o estabelecimento dessa disciplina.

Marques (2018) também ressalta que outra contribuição seminal para o desenvolvimento dos estudos de políticas públicas ocorreu de forma paralela e, em parte, sobreposta, relacionando-se aos trabalhos de Herbert Simon (1947, 1953 e 1958) no campo da teoria das organizações. Simon se destacou como pioneiro na aplicação da psicologia experimental à economia e na compreensão das estruturas organizacionais, além de desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento da inteligência artificial. Sua contribuição estabeleceu uma abordagem comportamentalista da tomada de decisões, diferindo da abordagem sinóptica que era predominante na época.

Segundo Souza (2006), a evolução da disciplina de políticas públicas representa o terceiro grande rumo percorrido pela ciência política nos Estados Unidos, no que diz respeito ao estudo do espaço público. O primeiro, em sintonia com a visão cética de Madison em relação à natureza humana, concentrou-se na análise das instituições, considerando-as cruciais para conter a tirania e as paixões inerentes aos seres humanos. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que valorizaram as organizações locais como promotoras da virtude cívica para garantir um "bom" governo. O terceiro caminho, por sua vez, abraçou as políticas públicas como um subcampo da ciência política, visando compreender os motivos e os mecanismos pelos quais os governos adotam determinadas ações. Essa perspectiva se tornou fundamental na análise do processo decisório governamental e na compreensão das escolhas políticas.

Souza (2006) aponta que a área de políticas públicas é frequentemente associada a quatro proeminentes "fundadores": Harold Lasswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton. De acordo com a autora, em 1936, Harold Lasswell introduziu o conceito de "análise de política pública" (policy analysis) com o propósito de estabelecer uma ponte entre o conhecimento acadêmico científico e a aplicação prática no âmbito governamental. Lasswell encarava essa abordagem como um meio eficaz de promover o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e o governo, visando aprimorar o processo de formulação e implementação de políticas públicas.

Ao abordar Herbert Simon, Souza (2006) diz que o mesmo introduziu o conceito de "racionalidade limitada" no contexto dos tomadores de decisão públicos (policy makers). Dizendo que o autor argumentou que a capacidade de tomada de decisão desses indivíduos é inerentemente limitada, devido a fatores como informações incompletas, restrições de tempo e interesses pessoais. Simon também sustentou que essa limitação da racionalidade poderia ser mitigada por meio do uso de conhecimento racional. Acreditava que a racionalidade poderia ser otimizada até um ponto satisfatório ao criar estruturas que direcionassem o comportamento dos atores em direção a resultados desejados, evitando assim uma busca excessiva por interesses pessoais.

Sobre Lindblom, Souza (2006) disse que o autor questionou a ênfase excessiva no racionalismo defendida por Lasswell e Simon, propondo a inclusão de variáveis adicionais na formulação e análise de políticas públicas. Afirmou que ele defendia a consideração das relações de poder e a integração das diferentes fases do processo decisório que muitas vezes não têm um início e um fim claramente definidos. Por fim, citou que Lindblom argumentava que as políticas públicas deveriam levar em conta elementos como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos políticos e dos grupos de interesse, além das questões de racionalidade, para uma compreensão mais completa e realista do processo de formulação de políticas.

Finalizando a análise dos quatro grandes precursores de políticas públicas, Souza (2006) ao abordar Easton, afirma que ele fez uma contribuição valiosa para o campo ao conceituar as políticas públicas como sistemas, representando a interação entre formulação, resultados e ambiente. Para este quarto percurso, as políticas públicas são moldadas por entradas (inputs) provenientes de partidos políticos, mídia e grupos de interesse, os quais exercem influência sobre seus resultados e efeitos. Essa abordagem sistêmica de Easton oferece uma compreensão mais abrangente de como as políticas públicas são afetadas por múltiplos fatores e agentes, além de ampliar a visão tradicional da política como um processo linear e unidirecional.

No Brasil, conforme destacado por Melo (1999), a primeira geração de estudos em política pública se concentrou na análise das relações de natureza histórica e sociológica que existiam entre o Estado e a sociedade no país. Isso levou a discussões sobre tópicos clássicos e, ao mesmo tempo, altamente relevantes para a época, como o clientelismo, o autoritarismo e o corporativismo. Notavelmente, essa primeira onda de pesquisas

direcionou seu foco para examinar questões relacionadas ao Estado desenvolvimentista, ao planejamento econômico, às políticas industriais e ao desenvolvimento regional. Isso contribuiu para um entendimento mais profundo das dinâmicas políticas e sociais no contexto brasileiro.

2.2. A necessidade de estudar políticas públicas

O Brasil, embora tenha uma longa história política e seja considerado uma das maiores economias do mundo, possui uma desigualdade social que tem sido um desafio persistente ao Estado e aos governos brasileiros. A disparidade de renda, a pobreza, a falta de moradia e as deficiências nas condições de saúde pública são questões que afetam significativamente a qualidade de vida de muitos brasileiros. Esses problemas têm implicações profundas na capacidade das pessoas de desfrutar plenamente de seus direitos de cidadania (PAES DE BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000; 2001).

Esforços foram feitos ao longo dos anos para abordar essas questões, implementando políticas sociais e econômicas, mas a desigualdade ainda é um desafio importante. A compreensão e o enfrentamento dessa desigualdade são tarefas fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, em que os direitos de todos os cidadãos sejam respeitados e garantidos.

As políticas públicas, segundo Silva et al. (2021), representam avanços para a população em geral, mas, particularmente para os mais pobres e têm como objetivo garantir os direitos das pessoas. Elas surgem a partir de um compromisso público estabelecido pelo Estado e o governo de uma determinada sociedade e são providas por entidades ou órgãos responsáveis na estrutura da administração pública. A criação das políticas públicas deveria envolver a elaboração de um plano de ação que visa abordar e resolver questões específicas, contribuindo para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade, o que nem sempre acontece.

As políticas públicas, em todas as suas etapas, estão inextricavelmente ligadas a dinâmicas de poder político. Elas envolvem uma série de interesses e projetos que podem ser convergentes ou conflitantes, e muitas vezes requerem um nível mínimo de consenso para que sejam legitimadas e obtenham resultados eficazes. Desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento e na busca por melhorias que beneficiem a sociedade como um todo. O sucesso na formulação e implementação dessas políticas

muitas vezes depende da capacidade de lidar com questões políticas e conflitos de interesse, o que torna esse processo complexo e desafiador.

No processo de provisão das políticas, a administração pública tem um papel fundamental, pois inclui gestores e implementadores. No entanto, é necessário considerar que administração pública está em constante evolução e as expectativas em relação a atuação dos gestores públicos tem aumentado substancialmente, uma vez que a população tem se tornado mais exigente. Sendo assim, é fundamental que as ações dos gestores sejam bem planejadas e transparentes, com o objetivo de garantir a responsabilidade fiscal e o equilíbrio das contas públicas.

Desta feita, a promoção de políticas públicas eficazes é uma maneira crucial de o governo agir para atender aos interesses e ao bem-estar da sociedade. Essas políticas são projetadas para enfrentar problemas sociais, econômicos e ambientais, proporcionando soluções e melhorias tangíveis. A transparência, a eficiência e a prestação de contas desempenham um papel vital na construção da confiança dos cidadãos na Administração Pública e na capacidade do governo de cumprir sua missão de servir ao interesse público.

Ou seja, vê-se que as políticas públicas relacionam-se diretamente com o dia a dia da sociedade, sendo de crucial importância a realização dos estudos nesta área para aperfeiçoá-las. No caso deste estudo, ele vai se debruçar sobre as práticas esportivas nas aulas de Educação Física da rede pública estadual de Minas Gerais. E pretende-se com isso, tecer considerações que visem aperfeiçoar estas atividades.

2.3. Formas estudar uma política pública

Ao longo do século XX, os estudos de políticas públicas conseguiram mostrar a sua importância para a solução de problemas que afetam a sociedade e a necessidade de tratá-las como um campo de estudo específico. Neste sentido, surgiram várias formas de analisá-las. Entre as várias formas de estudar as políticas, destacaram o modelo do ciclo político, o dos fluxos múltiplos, o do equilíbrio interrompido, o quadro teórico das coligações de causa ou de interesse e a teoria da ação pública (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017).

Entre as formas de análise, destaca o modelo do ciclo político que erroneamente é conhecido como sequencial. Esta forma de análise divide o processo de provisão das políticas públicas em etapas. Esta divisão é apenas didática para facilitar a compreensão de cada um dos momentos. Na verdade, as atividades se misturam em cada uma das etapas. No entanto, há uma ação predominante que caracteriza estas etapas. Uma vantagem importante atribuída ao modelo do ciclo é possibilitar ao analista identificar problemas em cada uma das etapas e propor ações para mitigá-los e possibilitar a correção no fluxo da provisão. Assim, este estudo optou por trabalhar com a abordagem do ciclo, compreendendo todas as suas limitações.

O ciclo de políticas públicas é uma abordagem analítica que descreve as políticas públicas como uma sequência de fases distintas, mas interconectadas, cada uma guiada por lógicas relativamente diferentes. Para Sechi (2012) trata-se de um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e independentes. Ele raramente irá refletir a real dinâmica ou a vida de uma política pública, com fases que geralmente se apresentam misturadas e sequências que se alternam.

Trata-se de um processo caracterizado por múltiplos momentos de formulação e reformulação e não um "mecanismo operacional perfeito". No entanto, a concepção de fases e de um ciclo na política. Delineou-se assim uma abordagem para a análise das do ciclo de políticas públicas que propunha observá-lo como um processo, ou seja, como um conjunto inter-relacionado de estágios por meio dos quais os temas e as deliberações fluem de forma mais ou menos sequencial, dos inputs (problemas) aos outputs (políticas públicas) (SECCHI, 2012).

Mas quais seriam as fases ou etapas do ciclo das políticas públicas? Há algumas variações sobre as etapas decorrentes da evolução das análises. Na década de 1990, Howlett e Ramesh resumiram as fases do processo de formulação de políticas públicas em cinco etapas, apresentando o que chamaram de "modelo aprimorado": (1) estabelecimento da agenda; (2) formulação de políticas; (3) tomada de decisões; (4) implementação; e (5) avaliação. Neste modelo, prevalece a ideia de que uma política começa com a identificação de problemas, passa por um processo de formulação de propostas e tomada de decisões, segue para a implementação e, por fim, é avaliada, iniciando assim um novo ciclo de reconhecimento de problemas e formulação de políticas.

Essa é a concepção do ciclo de políticas que ainda é amplamente divulgada e estudada até os dias de hoje.

Para Rosa et. al (2021) atualmente as fases costumam ser delimitadas em formação de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação. Souza (2006) considera que o ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Esta abordagem enfatiza sobretudo a definição de agenda e pergunta porque algumas questões entram na agenda política, enquanto outras são ignoradas.

O que se vê nas diferentes abordagens é a pequena variação quanto às etapas. Desta forma, é possível concluir que há um relativo consenso entre os analistas sobre quais etapas são necessárias para se produzir boas análises.

2.4. Formulação e desenho de uma política pública

Na perspectiva do ciclo de políticas públicas, o primeiro passo no desenvolvimento de uma política é o reconhecimento de um problema que possua relevância pública. Assim, os problemas representam o ponto de partida para a criação de uma política pública (REZENDE; BAPTISTA, 2011).

O processo de formação/formulação da agenda refere-se à maneira pela qual determinados problemas sociais começam a chamar a atenção dos atores como áreas possíveis de intervenção em políticas públicas. É importante destacar dois pontos. Em primeiro lugar, a atenção dos atores é um recurso limitado, uma vez que existem muitos problemas em relação à capacidade (cognitiva, organizacional, de tempo, etc.) para considerá-los. Em segundo lugar, os problemas sociais são construções sociais, ou seja, são interpretações de condições que foram subjetivamente definidas como problemáticas e, como tal, exigem alguma forma de ação (RUA, 2013).

O conceito de formação de agenda, conforme definido por Rosa et al. (2021), envolve o conjunto de problemas sociais que recebem a atenção dos atores em um determinado momento. Essa definição destaca a importância da percepção dos atores de que uma situação constitui um problema social como a primeira condição para que ela

entre na agenda. Um problema social é algo indesejável, que afeta a coletividade e que requer abordagem por meio de políticas públicas.

O processo de definição de um problema social é um ato de interpretação e está intimamente relacionado à forma como os atores percebem uma situação como problemática. Portanto, a construção social dos problemas é um processo altamente politizado, influenciado pela diversidade de preferências, interesses, ideias e valores sociais, bem como pelas limitações cognitivas e de informação (CAPELA, 2018).

A partir do momento que o problema emerge da agenda governamental, há o esforço de negociação entre o Executivo e o Legislativo para que haja a formulação. Dentro do Legislativo, no processo de formulação, há embates de interesses entre os defensores e os contrários à demanda. Quando se chega à formulação, certamente, o desenho das ações se ajustam à capacidade do agente público responsável pela provisão da política. A formulação aparece na forma de uma norma legal ou infralegal a depender da importância do problema e da intervenção estatal (CAPELA, 2018). A norma traz o desenho, por isso sua importância no estudo das políticas públicas. Lembrando que esta é uma condição necessária, porém insuficiente para se estudar as políticas públicas.

Lima et. al (2022), apresenta o conceito de desenho de uma política pública como um conjunto lógico de elementos de construção intencional, possuindo, dessa forma, finalidade explícita.

Assim, o desenho de políticas traz informações sobre o conteúdo, objetivos, recursos, público-alvo, cronograma e outras informações necessárias para monitoramento e avaliação dos seus resultados. Ele possibilita identificar na íntegra as intenções do governo quanto a um problema que passou a figurar na sua agenda ou sobre as necessidades das pessoas e a capacidade de provisão, proporcionando maior eficácia para que políticas públicas alcancem seus objetivos.

O desenho das políticas públicas expressa os seus conteúdos, ou seja, as configurações de conjuntos de elementos dos quais se esperam os resultados. Isso inclui também os esquemas de ideias que precedem e orientam a criação deliberada desses arranjos.

O estudo do desenho de políticas públicas é importante, pois elas são desenvolvidas para enfrentar problemas e desafios sociais, como pobreza, saúde, educação, segurança, meio ambiente, entre outros. O estudo do desenho de políticas públicas é o caminho para se identificar o problema e as ações previstas para enfrenta-lo. Quando o problema identificado afeta a qualidade de vida das pessoas e o bem-estar social, as ações previstas acabam resultando na melhoria nas condições de vida das pessoas.

Os recursos fiscais destinados ao financiamento das políticas públicas são tratados ou como gasto público quando o governo tem preocupações fiscais ou como investimentos quando o governo busca o bem estar da população. Assim, estudar o desenho de política pública, permite identificar como os recursos públicos estão sendo aplicados. E permite saber se a aplicação será bem sucedida, frequentemente envolvem eles são limitados frente aos desafios e demandas colocadas para o Estado. Desta forma, um desenho adequado ajuda a garantir que esses recursos sejam usados de maneira eficiente e eficaz, maximizando o impacto positivo das políticas.

O estudo do desenho de políticas públicas permite ainda avaliar o impacto das políticas existentes. Isso ajuda a determinar se as políticas estão alcançando seus objetivos e a identificar áreas que precisam de melhorias ou ajustes. Ademais, a compreensão do desenho é fundamental para uma participação informada, qualificada e eficaz na tomada de decisões políticas. Isso permite que os cidadãos compreendam as políticas propostas, suas implicações e possíveis alternativas, contribuindo para um processo democrático mais robusto.

Permite ainda que os formuladores de políticas aprendam com experiências passadas e sejam mais inovadores na criação de soluções para problemas emergentes. Políticas bem desenhadas também são mais facilmente adaptáveis a mudanças nas condições sociais, econômicas e políticas. Um desenho claro e transparente de políticas públicas ajuda a garantir a prestação de contas dos responsáveis pela implementação das políticas. Isso facilita a identificação de falhas e a responsabilização por eventuais problemas ou desvios.

Por fim, estudar o desenho de políticas públicas contribui para que gestores públicos possam garantir a coerência e a coordenação entre diferentes setores e níveis

de governo. Isso é fundamental para evitar a duplicação de esforços e fazer com que as políticas sejam implementadas de forma integrada e eficaz.

Como se viu, a formulação contém o desenho da política pública. O desenho, por sua vez, traz informações sobre o problema, ações, recursos, público alvo, interessados, objetivos, cronogramas, entre outros. Por isso, um primeiro passo na análise de uma política pública é conhecer seu desenho. A partir daí, o passo seguinte é a implementação. Esta é uma etapa importante, pois é quando as intenções governamentais ganham vida.

2.5. Implementação de políticas públicas

A implementação de uma política pública é um processo complexo, composto por vários estágios, cujo objetivo é concretizar as decisões fundamentais estabelecidas em um conjunto de instrumentos legais. Em uma perspectiva ideal, essas decisões, que se relacionam com a formulação da política pública, incluem o conhecimento dos problemas a serem resolvidos, dos objetivos definidos no desenho e a estrutura institucional para sua execução. Portanto, a implementação é o momento em que sintetiza todas as etapas e atividades que ocorrem desde a definição das diretrizes da política pública, abrangendo tanto a gestão e os seus impactos sobre pessoas, grupos sociais, atividades econômicas e os problemas sociais.

Rua (2013), define a implementação como um conjunto de decisões e de ações realizadas por grupos ou indivíduos, de natureza pública ou privada, as quais são direcionadas para a consecução de objetivos estabelecidos mediante decisões precedentes sobre políticas públicas. Em outras palavras, trata-se das decisões e das ações para fazer uma política sair do papel – que expressa apenas intenções – e tornar-se intervenção na realidade. Sem implementação, não haveria política pública.

A implementação pode ser analisada sob três perspectivas distintas. Na perspectiva "top-down" (de cima para baixo). Neste caso, a implementação é vista como um processo técnico de transmissão das políticas para as entidades executoras, ocorrendo principalmente no âmbito da administração prática. O olhar do analista, nesta perspectiva, é direcionado para o Estado ou agência que propõe a política pública. Esta é uma perspectiva institucional, o desenho aparece como um elemento fundamental no processo e quando são identificados problemas na provisão, estes são diagnosticados

como falta de conhecimento dos implementadores sobre os objetivos e o desenho da política (SILVA; MELO, 2000).

Por outro lado, o segundo enfoque é do tipo "bottom-up" (de baixo para cima). Nesta perspectiva, as análises são direcionadas para as ações das pessoas que executam o que está previsto no desenho da política. Nessa abordagem, reconhece-se que mesmo o planejamento mais bem elaborado não pode antecipar completamente a dinâmica dos problemas sociais, as restrições das organizações que executam as políticas, os conflitos que surgem ao longo do processo de implementação e outras situações imprevistas que surgem quando as atividades são postas em prática (SILVA; MELO, 2000).

Por fim, a implementação também pode ser vista a partir das relações estabelecidas entre os atores envolvidos na abordagem de um determinado problema social. Essa perspectiva envolve a formação de redes de políticas públicas, em que os atores percebem a necessidade de colaboração devido ao compartilhamento de objetivos e à interdependência de suas ações na busca pela resolução do problema social. Esses atores se unem para usar seus recursos e estratégias de maneira coordenada. As decisões e ações tomadas nessas redes resultam em políticas públicas descentralizadas, com relações de interdependência e autonomia, gestão compartilhada e diversidade de recursos (RUA, 2013).

A implementação mostra-se como um dos momentos mais relevantes do processo de provisão das políticas públicas. Por este motivo, cabe demorar um pouco mais para se entender como ela funciona, para compreender os possíveis problemas que possam acontecer nesta etapa do ciclo das políticas.

Estudar a implementação de políticas públicas é necessário para compreender como ela afeta a sociedade e age sobre os problemas que as demandaram. Isso permite determinar se elas estão atingindo seus objetivos, identificar áreas de sucesso e aquelas que apresentam falhas. Assim, é possível ajustá-las para melhorar seu desempenho e garantir que os governos sejam responsáveis perante o público. Quando os cidadãos têm informações sobre como as políticas estão sendo implementadas e os seus resultados, eles podem cobrar seus representantes e funcionários públicos ações mais eficazes (RUA, 2013).

O estudo da implementação permite ainda identificar ineficiências e ineficácias no processo de execução de políticas. Isso pode levar a ajustes que economizam recursos e melhoram a sua eficácia e garante que os benefícios sejam maximizados. Sendo uma ferramenta de aprendizado contínuo para os formuladores de políticas, permite que se aprenda com os sucessos e fracassos anteriores e aplicar esse conhecimento para melhorar políticas futuras (BAPTISTA; REZENDE, 2011).

Há de se ressaltar ainda, as constantes mudanças pelas quais a sociedade passa ao longo dos tempos. Sendo assim, ao estudar a implementação, os formuladores de políticas podem adaptar suas abordagens e políticas para lidar com novos desafios e oportunidades decorrente das mudanças sociais. Permite também envolver a participação pública e que os cidadãos tenham voz na avaliação das políticas públicas (BAPTISTA; REZENDE, 2011).

O estudo da implementação ajuda a identificar as barreiras e desafios que podem surgir durante a execução de uma política e possibilita que sejam abordados de maneira proativa. Em outras palavras, leva os agentes públicos e os cidadãos a interagirem na garantia de direitos redesenhando na ponta do sistema público as políticas de interesse social. Ademais, as políticas públicas podem ter consequências não intencionais, positivas ou negativas. Assim, através do estudo da implementação permite-se identificar e gerenciar essas consequências para garantir que elas atinjam seus objetivos desejados (BAPTISTA; REZENDE, 2011).

Por fim, é necessário destacar que as políticas públicas devem ser pautadas por dados e evidências empíricas. Elas não podem ser formuladas a partir de idealizações ou de boa vontade. Elas necessitam se sustentar a partir da realidade capitada através de dados. Estes últimos são obtidos, entre outras formas, através das pesquisas. Neste sentido, os dados e insights gerados a partir da implementação podem servir de base para decisões futuras sobre a continuidade ou não da política. Além disso, serve como referência para o orçamento e alocação de recursos, como a continuidade ou interrupção de determinado programa.

A compreensão da complexidade na provisão de um programa ou uma política pública é importante para se estudar e para que os gestores compreendam os seus riscos. O seu insucesso contribui para perda de legitimidade de governos e reforça a ideia

de que é o mercado mais eficiente na solução dos problemas sociais, o que é um grande equívoco. Por sua vez, à medida que os programas governamentais conseguem atingir seus objetivos, é o governo e o Estado que se legitimam perante a sociedade e ganham força para prover novos programas para reduzir as desigualdades e melhorar a vida da população.

Para a política educacional, apesar das suas particularidades, a ideia de ciclo também se aplica nas análises de sua provisão. E dentro da política educacional, o mesmo raciocínio pode ser utilizado em relação às práticas esportivas nas escolas e nas aulas de educação física. Para proceder às análises, é necessário examinar o que está previsto na regulamentação educacional federal e na legislação estadual sobre o ensino da educação física na educação básica. Diante disso, é possível identificar o desenho desta atividade, seus objetivos e suas ações. A partir daí, ao tomar um caso para estudo, isto é, tomar uma escola para identificar como a disciplina e as atividades esportivas estão sendo implementadas.

Antes, porém, de analisar o desenho e a implementação das atividades esportivas na escola selecionada, este estudo apresenta algumas reflexões sobre o esporte, práticas esportivas e políticas públicas de esporte.

3. Esporte, política pública de esporte e o ensino da educação física no Brasil

3.1. Conceito de esporte

O esporte desempenha um papel crucial na cultura e na sociedade de muitos países, contribuindo de maneira significativa para a promoção da saúde, a formação de identidades nacionais e a criação de oportunidades para atletas de todas as idades e níveis de habilidade. Além disso, o esporte é uma atividade física competitiva que é organizada e regulamentada pelo Estado. Ela envolve a participação de indivíduos ou equipes com o propósito de alcançar objetivos específicos, como vencer competições, superar recordes pessoais ou coletivos, ou simplesmente promover a saúde e o bem-estar.

Especificamente sobre o esporte no âmbito escolar, ele é reconhecidamente uma prática que pode auxiliar positivamente ou negativamente no desempenho, a depender da forma como este está organizado, principalmente nas atividades da disciplina educação física (CARVALHO, apud PAES, 1998, p. 109).

O esporte é uma representação simbólica da vida, de natureza educacional, podendo promover no praticante, modificações tanto na compreensão de valores como de costumes e modo de comportamento, interferindo no desenvolvimento individual, aproximando pessoas que têm, neste fenômeno, um meio para estabelecer e manter um melhor relacionamento social”.

Certamente, o esporte é um elemento de grande importância na vida cotidiana das pessoas em uma sociedade. É essencial compreender o que o esporte representa, pois desempenha um papel significativo em diversas áreas, incluindo o entretenimento, a cultura e a inclusão social. MARQUES et. al (2007, pg.229), o conceituam como:

um fenômeno sócio-cultural que engloba diversas práticas humanas, norteadas por regras de ação próprias, regulamentadas e institucionalizadas, direcionadas para um aspecto competitivo, seja ele caracterizado pela oposição entre sujeitos ou pela comparação entre realizações do próprio indivíduo, que se manifestam através da atividade corporal. Essas práticas podem ou não se expressar através de confrontos diretos entre sujeitos, de mensuração de performances, de nomeação de vencedores ou destaques, mas sempre expressam o desejo de realização do ser humano que encarna a necessidade, entre outras, de emocionar-se, superar-se, jogar, brincar e comunicar-se.

Neste sentido, a definição trazida por Matsudo et al, (2005, p. 162), considera esporte como sendo:

um tipo de atividade física que envolve o conceito de desempenho, ou seja, a pessoa tenta realizar a tarefa da melhor forma (ginástica olímpica), no menor tempo (natação ou atletismo), no maior número de vezes (cesta no basquete, gol no futebol).

Pode-se dizer desta maneira que o esporte é caracterizado por um conjunto de regras e regulamentos que ditam o comportamento dos participantes, a forma como o jogo é jogado e como o vencedor é determinado. Essas normas variam de um esporte para outro e desempenham um papel fundamental na garantia da justiça e da equidade nas competições, nas quais os participantes ou equipes se esforçam para superar seus oponentes e alcançar objetivos específicos, sendo um elemento central do esporte, incentivando a busca pela excelência e pelo desempenho máximo.

Os estudos, por sua vez, demonstram que a conceituação de esporte pode ser ainda mais ampla, considerando que existem quatro modalidades de esporte: o de alto rendimento, de lazer e o escolar/educacional e o de reabilitação (GAYA; TORRES, 2004).

O esporte de alto rendimento, conforme definido por (COSTA, 1987 apud GAYA; TORRES, 2004, p. 61) é aquele,

onde predominam os aspectos parciais do comportamento corporal e motor, objetiváveis e mensuráveis, aos quais se aplicam os propósitos fundamentais de padronização, sincronização e maximização, onde as categorias rendimento, regulamentos institucionalizados e competição são maximizadas;

O de lazer, por sua vez, é definido como aquele esporte por (GAYA; TORRES, 2004, p. 61),

onde se enfatizam as tarefas higiênicas de saúde e de catarse, minimizam-se a formalidade e o rigor típico dos regulamentos institucionalizados e abre-se oportunidade para a modificação na forma, no espaço, na técnica e na participação.

Já o esporte escolar na definição dos autores seria aquele:

onde se valorizam as possibilidades normativas na formação sobre valores, atitudes, habilidades e conduta humana. Nessa perspectiva as categorias rendimento, competição e regulamentos ficam submetidas a princípios de educação e formação de crianças e jovens; (GAYA, TORRES, 2004, p.61)

Por fim, o esporte de reabilitação, corresponde aquele:

onde se consideram as diversas possibilidades físicas, motoras e orgânicas dos praticantes, e a partir dessas necessidades se reorganizam formas diferenciadas de regulamentos e competições, conferindo ao esporte a possibilidade de se configurar como coadjuvante de elevado significado nas estratégias de saúde pública e promoção da saúde. (GAYA, TORRES, 2004, p.61)

Cumprido destacar que o esporte envolve ainda a prática de atividades físicas que demandam o emprego de habilidade, força, resistência, agilidade, coordenação e outras capacidades físicas. A atividade física desempenha um papel central no esporte, contribuindo para a saúde e o condicionamento físico dos praticantes. Muitos esportes também promovem valores como fair play, respeito, trabalho em equipe, disciplina e superação pessoal, considerados essenciais para a prática esportiva e contribuem para a formação moral e social dos indivíduos. Os benefícios resultantes das atividades físicas são comumente disseminados entre os seus praticantes nos diversos segmentos sociais.

É importante observar que o conceito de esporte pode variar de cultura para cultura e ao longo do tempo, bem como, diferentes esportes podem ter características distintas e regras específicas que os diferenciam uns dos outros. Alguns esportes, como o futebol, o basquete e o tênis, são amplamente conhecidos e praticados em todo o mundo, enquanto outros, como esportes tradicionais ou regionais, podem ser praticados apenas em áreas específicas.

Assim, deve-se observar como que o Brasil enxerga o esporte, e ainda sendo o ele um elemento de extrema relevância e importância para uma sociedade, deve-se entender neste momento, como a administração pública brasileira tem entendido o tema, e trabalhado para o desenvolvimento de políticas públicas que sejam eficazes na disseminação do esporte no país (CARVALHO, 2013).

3.2. Política pública de esporte

A administração pública brasileira reconhece a diversidade de objetivos e benefícios associados ao esporte e, portanto, tem implementado uma série de ações, programas e medidas governamentais destinados a promover o seu desenvolvimento no país. O esporte é entendido como um instrumento poderoso para atingir diversos fins e desempenha um papel significativo na cultura brasileira. É considerado um instrumento

importante para a inclusão social, a promoção da saúde, a construção de identidade nacional e o desenvolvimento de valores positivos (CARVALHO, 2013).

A política pública de esporte no Brasil tem o objetivo de incentivar a prática esportiva, fomentar o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, promover a inclusão social por meio do esporte e, em última instância, melhorar a qualidade de vida da população. Observa-se ainda que os programas e iniciativas vêm sendo implementados em vários níveis de governo, incluindo o federal, estadual e municipal, e frequentemente envolvem parcerias com organizações da sociedade civil (JUNIOR; BORIN, 2017).

Essas políticas abrangem uma série de áreas, como a promoção da educação física nas escolas, a formação de atletas de alto rendimento, o incentivo à prática esportiva nas comunidades, a construção e manutenção de infraestrutura esportiva, o apoio a projetos esportivos, a realização de eventos esportivos, e muito mais. Portanto, o governo brasileiro reconhece a importância do esporte e investe em políticas públicas para promover sua prática e desenvolvimento em toda a sociedade (JUNIOR; BORIN, 2017).

As políticas públicas relacionadas ao esporte no Brasil são projetadas para abranger todas as esferas da sociedade, atendendo tanto a atletas de alto rendimento quanto a população em geral, desde crianças em idade escolar até adultos. A promoção do esporte nas comunidades, a infraestrutura esportiva, o apoio financeiro aos atletas e a realização de eventos esportivos de grande porte são algumas das áreas em que o governo brasileiro tem investido (JUNIOR; BORIN, 2017).

Essas políticas refletem o entendimento de que o esporte desempenha um papel multifacetado na sociedade e pode contribuir de maneira significativa para o bem-estar, a coesão social e o desenvolvimento do país. Portanto, o Brasil tem adotado uma abordagem abrangente para o esporte, reconhecendo sua importância em diferentes aspectos da vida nacional (JUNIOR; BORIN, 2017).

No quadro abaixo, apresenta-se um conjunto de legislações que atualmente estão em vigor no país, inerentes ao esporte.

Quadro 01 - Legislações sobre esporte no Brasil

Legislação	Definição
Lei nº 9.615/1998 - Lei Pelé	Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.
Lei nº 10.671/2003 - Estatuto do Torcedor (revogado pela Lei 14.497/2023)	Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.
Lei nº 10.891/2004 - Bolsa Atleta (revogado pela Lei 14.497/2023)	Institui a Bolsa-Atleta.
Lei nº 11.438/2006 - Lei de Incentivo ao Esporte	Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.
Lei nº 14.597/2023 - Lei Geral do Esporte	Institui a Lei Geral do Esporte
Lei nº 12.035/2009 - Ato Olímpico ²	Institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional.
Lei nº 12.663/2012 - Lei Geral da Copa ³	Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.

Fonte: Elaboração Própria

As legislações apresentadas no quadro 01 trazem informações sobre a existência de diversos programas destinados a atender os praticantes de esportes no Brasil. Dentre eles, destaca-se o programa Bolsa Atleta que oferece suporte financeiro a atletas brasileiros de alto rendimento, permitindo que se dediquem integralmente aos treinamentos e competições.

² Legislação criada com objetivo específico de apoiar a candidatura da cidade do Rio de Janeiro junto ao Comitê Olímpico Internacional - COI, para realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no país.

³ Legislação criada com objetivo específico de apoiar a realização da Copa do Mundo de Futebol no ano de 2014.

Além deste, existe ainda o Programa Segundo Tempo que tem como objetivo promover a inclusão social por meio do esporte, oferecendo atividades esportivas para crianças e jovens em áreas de vulnerabilidade social. Para obter um melhor desempenho nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, foi lançado o Plano Brasil Medalhas. Este plano contou com investimentos em treinamento, infraestrutura e apoio aos atletas

Destaca-se que está em tramitação o Plano Nacional do Desporto perante o Congresso Nacional, previsto pelo § 3º, art. 5º da Lei nº 9.615/1998, e que tem por objetivo desenvolver o esporte no Brasil em diversos aspectos, desde a base até o alto rendimento, passando pela promoção do esporte educacional. O governo brasileiro também tem investido em construir e reformar instalações esportivas em todo o país, visando melhorar a infraestrutura para a prática esportiva e a realização de competições (SILVESTRE, *et al.* 2020).

Além disso, o Ministério do Esporte que remonta a sua primeira criação no ano de 1995, desempenha um papel fundamental na formulação e implementação de políticas públicas relacionadas ao esporte no Brasil. Ressalta-se que as políticas públicas de esporte no Brasil têm evoluído ao longo dos anos e enfrentam desafios, como a necessidade de financiamento contínuo, a melhoria da gestão esportiva e a promoção de esporte de base para o desenvolvimento de talentos (AMARAL *et al.* 2015).

É importante mencionar que a política pública de esporte no Brasil passou por mudanças ao longo dos anos, e a efetividade dessas políticas pode variar em diferentes momentos e regiões do país. Além disso, a implementação dessas políticas depende da colaboração entre os diferentes níveis de governo, do apoio da sociedade civil e do setor privado, bem como do comprometimento com o desenvolvimento do esporte em todas as suas dimensões (AMARAL *et al.* 2015).

3.3. Histórico da educação física e do esporte escolar

Ao longo das décadas, o Brasil tem formulado políticas, leis e regulamentações no campo da educação. A intenção dos governos é adequá-la ao que considera qualidade da educação. O que se observa ao longo da trajetória da política educacional no país é que se tornou mais inclusiva e acessível a todos os cidadãos. Assim, a política educacional vem sucessivamente sendo reformada e mudanças no sistema perseguem objetivos de

melhorias na qualidade da educação e na ampliação do acesso a todos os níveis de ensino (SOUZA; SANTOS, 2019).

Essas políticas e reformas têm abordado questões como a expansão do acesso à educação, a melhoria da formação de professores, a promoção da qualidade do ensino, a redução das desigualdades educacionais, a modernização da infraestrutura escolar, a promoção da educação inclusiva e o fortalecimento da pesquisa educacional, entre outros aspectos (SOUZA; SANTOS, 2019).

Para NEIRA (2018) mesmo com todos estes avanços, o sistema educacional brasileiro ainda enfrenta desafios significativos, com destaque para as disparidades regionais, desigualdades socioeconômicas e questões de qualidade. Portanto, a política educacional é um campo dinâmico que visa enfrentar esses desafios e promover o desenvolvimento e a igualdade educacional no Brasil.

À medida que a sociedade e o sistema educacional evoluem, é fundamental continuar debatendo, reformando e adaptando as políticas educacionais para atender às necessidades em constante mudança dos estudantes e da sociedade brasileira. Isso requer um esforço contínuo de planejamento e ação por parte dos governos, das instituições de ensino e de todos os envolvidos com a política educacional (FERNANDES, GENTILINI, 2014).

Para além das dificuldades que parte da sociedade brasileira tem amplo conhecimento, é necessário ver como a Educação Física historicamente passou a integrar a política educacional no Brasil. Nesse sentido, Betti *et al.* (2002) diz que a expressão Educação Física surgiu no século XVIII, em obras de filósofos preocupados com a educação. A formação da criança e do jovem passou a ser concebida como uma educação integral – corpo, mente e espírito –, como desenvolvimento pleno da personalidade. A Educação Física veio somar-se à educação intelectual e à educação moral. Essa adjetivação da palavra educação demonstra uma visão ainda fragmentada do homem.

A história da Educação Física no Brasil, por sua vez, é marcada por uma evolução significativa ao longo dos anos, refletindo mudanças na sociedade, na educação e na compreensão da importância da atividade física para o bem-estar e o desenvolvimento

humano. Durante o período colonial, esta disciplina no Brasil era rudimentar e voltada principalmente para treinamento militar e esportes populares da época, como a capoeira. Com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808, houve uma influência europeia na educação e na cultura física. Foram fundados clubes esportivos e surgiram as primeiras escolas de Educação Física (LIMA,2012).

Segundo LIMA (2012), no início do século XX, ainda sob o nome de ginástica, a Educação Física ganhou mais destaque nas escolas, influenciada pelos movimentos higienistas e eugênicos da época. Nesta época, ela foi incluída nos currículos dos Estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. No entanto, a ênfase ainda estava em atividades físicas militares e esportivas. Nessa mesma época, a educação brasileira sofria uma forte influência do movimento escolanovista, que evidenciou a importância da Educação Física no desenvolvimento integral do ser humano.

A inclusão da Educação Física nos currículos escolares não necessariamente garantiu sua implementação prática em todas as escolas, principalmente nas escolas primárias. A falta de professores com formação adequada e qualificados era uma realidade para a época. Além disso, a infraestrutura e os recursos disponíveis nas escolas afetavam a capacidade de oferecer uma Educação Física eficaz (GOUVÊA,2019).

A garantia da implementação da Educação Física nas escolas envolveria um esforço conjunto de governos, instituições de ensino e profissionais da área para superar esses desafios e assegurar que todos os alunos tenham acesso às aulas e as atividades. Nessa época, reivindicava-se que a disciplina contribuísse para seu desenvolvimento físico, cognitivo e social dos estudantes (FERNANDES; GENTILINI, 2014).

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a Educação Física foi oficialmente regulamentada (Constituição da República de 1937). Paralelamente a isso, a formação de professores de educação física tornou-se mais estruturada, tendo sido usada como ferramenta de propaganda para promover a saúde e a aptidão física (LIMA, 2012).

O desenvolvimento do esporte escolar ocorreu na década de 70, como mencionado por Faria et al. (2019). Ele refletia a mudança na abordagem da Educação Física nas escolas. Nesse período, houve uma ênfase significativa na identificação e

desenvolvimento de jovens talentos esportivos que pudessem representar o país em competições de alto nível, como as Olimpíadas.

Essa abordagem levou a uma estreita associação entre as aulas de Educação Física e as demandas do sistema esportivo nacional, priorizando a formação de atletas e a padronização técnica dos gestos e desempenho esportivo. Como resultado, as aulas de Educação Física passaram a se concentrar quase que exclusivamente nos aspectos esportivos, com um foco significativo nas habilidades esportivas, nas regras e na preparação para competições (FARIA, et al., 2019).

Embora tenha suas vantagens, como a identificação de talentos, essa nova proposta de ensino da Educação Física escolar, com viés esportivo, também gerou críticas e preocupações. Alguns argumentaram que ela poderia negligenciar o desenvolvimento mais amplo dos alunos, não levando em consideração a promoção da saúde, da inclusão e do bem-estar. Ao longo dos anos, houve uma evolução na compreensão da Educação Física e do esporte escolar. Aos poucos cresceram a ênfase na importância de abordagens mais abrangentes que incluem não apenas o desenvolvimento esportivo, mas também a promoção da saúde, da educação física e da formação de valores. Essa evolução buscou equilibrar a formação de atletas com os benefícios mais amplos da Educação Física na escola (JUNIOR; BORIN, 2017).

A presença do esporte escolar nas aulas de Educação Física é fundamental, não apenas como uma atividade prática, mas também como um conteúdo a ser apreendido e compreendido pelos alunos. O esporte é uma parte importante do acervo cultural da humanidade e oferece uma variedade de benefícios educacionais, físicos, cognitivos e sociais. Portanto, é essencial que o esporte seja organizado e estruturado pedagogicamente nas aulas de Educação Física de forma a permitir a compreensão, reflexão e reconstrução do conhecimento esportivo (DARIDO, 2001).

Isso implica em abordar o esporte de maneira apropriada, ensinando não apenas as habilidades técnicas e as regras, mas também a história, a cultura e os valores associados a ele. Além disso, as aulas de Educação Física devem incentivar a participação ativa dos alunos, promovendo a aprendizagem por meio da prática esportiva (JUNIOR; BORIN, 2017).

Portanto, o esporte na Educação Física Escolar deve ser considerado mais do que apenas uma atividade física, ele é uma parte importante do conhecimento e da cultura humana que deve ser transmitida, compreendida e apreciada pelos alunos. Sua inclusão e abordagem pedagógica adequada enriquecem a experiência educacional dos estudantes.

Assim, a Educação Física e as atividades esportivas foram aos poucos ganhando espaço no currículo escolar e se consolidando como uma disciplina necessária na formação dos estudantes. Hoje há um consenso entre os educadores sobre sua necessidade, a disciplina está consolidada no currículo escolar e aparece na Base Nacional Comum Curricular de forma inquestionável. Diante disso, cabe percorrer a legislação federal e estadual para entender como ela está regulamentada nos instrumentos normativos.

3.4. O ensino da educação física e a política educacional

O ensino da Educação Física no Brasil é uma parte fundamental do sistema educacional do país. Ela é uma disciplina obrigatória nas escolas e desempenha um papel abrangente que vai muito além da promoção da atividade física e da aptidão física. A Educação Física escolar tem como objetivo desenvolver uma série de valores e habilidades importantes para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Darido apud Coll *et.al* (2000), definem a Educação Física como uma seleção de formas ou saberes culturais, conceitos, explicações, raciocínios, habilidades, linguagens, valores, crenças, sentimentos, atitudes, interesses, modelos de conduta etc., cuja assimilação é considerada essencial para que se produza um desenvolvimento e a socialização adequada ao aluno. Assim, a Educação Física escolar cumpre várias finalidades e deve contribuir para o desenvolvimento físico, intelectual e na própria vida dos estudantes.

Além de promover a atividade física e a saúde, o ensino da Educação Física busca cultivar valores como respeito pelos outros, trabalho em equipe, disciplina pessoal e social, responsabilidade, autonomia e inclusão social. Elas devem proporcionar oportunidades para os alunos e as alunas aprenderem a importância da cooperação, da competição saudável e do respeito pelas diferenças individuais.

Essa disciplina desempenha um papel significativo na formação moral e social dos alunos, ajudando a moldar cidadãos mais conscientes, saudáveis e participativos na sociedade. Portanto, o ensino da Educação Física no Brasil vai muito além do aspecto físico, desempenhando um papel importante na educação integral dos estudantes (GAYA; TORRES; TANI, 2004).

A Educação Física nas escolas brasileiras geralmente abrange atividades esportivas, jogos, ginástica, dança e outras práticas que promovem o movimento e a saúde. O objetivo é proporcionar um ambiente onde os alunos possam adquirir habilidades motoras, entender a importância de um estilo de vida ativo e adotar hábitos saudáveis. (MORSCHBACHER; MAURENTE, 2011).

Para Betti et.al, (2002, p.75) a Educação Física deve assumir a responsabilidade de formar um cidadão capaz de posicionar-se criticamente diante das novas formas da cultura corporal de movimento – o esporte-espetáculo dos meios de comunicação, as atividades de academia, as práticas alternativas, etc.

Enquanto componente obrigatório do currículo escolar, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), a educação física possui outras atribuições relevantes. Segundo Betti *et.al*, (2002, p.75),

A educação física enquanto componente curricular da educação básica deve assumir então uma outra tarefa: introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e práticas de aptidão física, em benefício da qualidade da vida.

Betti et.al, (2002) destaca outro papel da educação física, o de preparar o aluno para que tenha capacidade de incorporar o esporte e os demais componentes da cultura corporal. Em suas palavras,

É tarefa da Educação Física preparar o aluno para ser um praticante lúcido e ativo, que incorpore o esporte e os demais componentes da cultura corporal em sua vida, para deles tirar o melhor proveito possível. Tal ato implica também compreender a organização institucional da cultura corporal em nossa sociedade; é preciso prepará-lo para ser um consumidor do esporte-espetáculo, para o que deve possuir uma visão crítica do sistema esportivo profissional (BETTI et al., 2002, p. 75).

Durante a realização de atividades físicas inseridas nas aulas de educação física, as crianças, adolescentes e jovens têm como um dos seus objetivos incorporar a prática do esporte. Porém, é importante fazer este percurso conceitual para se ter uma boa compreensão do que pode ser considerado como esporte.

Importante reafirmar que o esporte escolar, entre outras coisas, cumpre os objetivos de contribuir com o desempenho educacional e formação das crianças, jovens e adolescentes. E contribui para o entendimento da importância do convívio com o coletivo, das resoluções de conflitos por meio de diálogo, estimula o esforço e a responsabilidade. Estas atitudes tendem a ser absorvidas pelos praticantes de esportes e se refletem na vida e na sociedade. Assim, é quase consensual a importância e os benefícios físicos e mentais que a prática esportiva apresenta para os indivíduos, bem como, a possibilidade de transformação social através do esporte na vida dos jovens e adolescentes. (MORSCHBACHER, MAURENTE, 2011)

A partir da identificação das modalidades de esporte que existem, surge a necessidade de identificar dentro da política educacional no Brasil e nas orientações para o currículo da disciplina de educação física, quais as modalidades de atividades físicas e/ou práticas de esportes que estão sendo propostas. Para em seguida, identificar se elas estão sendo implementadas pelos docentes nas unidades escolares, no âmbito da disciplina Educação Física.

A política educacional no Brasil é um tema amplo e complexo que abrange uma série de políticas, leis, regulamentações e práticas relacionadas elas por todos os cantos do país. Ao longo dos anos, o sistema educacional brasileiro passou por várias mudanças e reformas, como a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reforma do Ensino Médio. O argumento utilizado pelo governo é que estes programas são direcionados para melhoria da qualidade da educação, a adequação do currículo às necessidades dos estudantes e torná-la mais acessível a todos. Na realidade, há críticas por parte dos sindicatos dos docentes tanto a BNCC quanto ao Novo Ensino Médio.

O ensino da Educação Física Escolar no Brasil e em outros lugares se concentrou principalmente na prática esportiva, promovendo um modelo de conservação da cultura esportiva institucionalizada. Esse modelo enfatizava o ensino de esportes competitivos e seguia uma lógica de rendimento técnico-formal, que se concentrava na aquisição de

habilidades e no desempenho esportivo. Em outras palavras, o modelo adotado pela política educacional brasileira inicialmente conduzia o currículo das aulas de Educação Física, sob a ótica do esporte de alto rendimento (CARNEIRO, *et. al.*, 2017).

No entanto, nas últimas décadas, houve um reconhecimento crescente de que a Educação Física na escola deve possuir uma abordagem que não apenas promova o esporte de alto rendimento, mas também atenda a uma série de outros objetivos educacionais. Isso inclui o desenvolvimento de habilidades motoras, a promoção da saúde, a formação de valores, o estímulo à atividade física regular, a inclusão de estudantes de todas as habilidades e a promoção da educação física como parte integrante da formação educacional global. Na atualidade a Educação Física é preponderante no currículo para garantir a prática do esporte efetivamente escolar (CARNEIRO, *et al.*, 2017).

As reformas no campo da Educação Física Escolar têm buscado diversificar as atividades e abordagens pedagógicas, reconhecendo que nem todos os alunos têm interesse ou habilidade para o esporte de alto rendimento. Além disso, a inclusão de conteúdos relacionados à saúde, bem-estar e condicionamento físico tornou-se uma parte essencial do currículo de Educação Física (CARNEIRO, *et al.*, 2017).

Essa mudança de perspectiva busca atender às necessidades de todos os alunos e tornar a Educação Física mais inclusiva, relevante e alinhada com os objetivos educacionais mais amplos. Portanto, a Educação Física Escolar como política educacional tem evoluído para uma abordagem mais holística, promovendo uma variedade de experiências físicas e desenvolvendo competências que vão além do esporte competitivo (FARIA, *et al.*, 2019).

É importante ressaltar que a política educacional no Brasil é um tema sujeito a mudanças ao longo do tempo, dependendo de decisões políticas e da evolução das necessidades sociais e educacionais. Este processo evolutivo acaba por influenciar, também, nas formas em que a Educação Física é identificada atualmente e como ela sofre alterações ao longo dos anos (LIBÂNEO, 2016).

Assim, estes fundamentos teóricos apresentados até aqui permitem i) analisar a Educação Física como uma política pública. Com isso, ela deve ser analisada

comparando o seu desenho com sua implementação. A análise destes dois momentos permite verificar o quanto o desenho proposto se aproxima de um dos modelos de Educação Física e como ele é implementado na unidade escolar analisada; ii) identificar, a partir dos tipos propostos, como a disciplina é desenhada nos documentos legais do Ministério da Educação e da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e implementada na escola estadual selecionada.

4. Percurso metodológico

Para o desenvolvimento da pesquisa e análise dos dados, este estudo pergunta, como as atividades esportivas presentes na disciplina Educação Física estão desenhadas na legislação e implementadas em uma escola da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais que oferta o Ensino Médio? Esta questão permite aprofundar no estudo da legislação promulgada pelo governo do estado de Minas Gerais para regulamentar o ensino da Educação Física na sua rede de ensino da educação básica. E o estudo de caso de uma unidade escolar desta rede permitirá identificar as dificuldades, problemas e possibilidades para o desenvolvimento das práticas esportivas nas escolas.

Considerando o problema apresentado, este estudo apresenta como seu objetivo geral, analisar o desenho na legislação e as práticas esportivas nas aulas de Educação Física no Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais em uma unidade escolar desta rede de ensino. Os objetivos específicos propostos são i) identificar a legislação que regulamenta a prática esportiva nas aulas de Educação Física da rede estadual de ensino de Minas Gerais; ii) caracterizar a rede estadual de ensino de Minas Gerais e as suas práticas esportivas nas aulas de Educação Física escolares; iii) analisar as práticas esportivas nas aulas de Educação Física em uma unidade de ensino da rede estadual de ensino de Minas Gerais situadas em Belo Horizonte.

Este estudo se propõe a analisar descritivamente a legislação que regulamenta a prática esportiva no Brasil, e especialmente na rede estadual de ensino do Estado de Minas Gerais e a sua implementação em uma das suas unidades escolares. Não é possível generalizar os achados e considerações obtidas através das análises, visto que a realidade que será observada, levará em conta o ambiente de apenas uma unidade escolar. No entanto, eles podem contribuir para provocar novos estudos e ações governamentais para melhorar aquilo que o estudo apontou como problema.

Este estudo, para atingir os seus objetivos, analisou a legislação pertinente ao ensino de Educação Física e as práticas esportivas escolares. Para isso, realizou visitas, observações e aplicação de questionários com os responsáveis pela implementação das normas na unidade escolar selecionada. Portanto, a pesquisa qualitativa foi a mais indicada para isso.

A metodologia da análise qualitativa permite, acessar diversos documentos. Assim, para (GODOY, 1995) a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Necessário destacar que a pesquisa documental é apenas parte do estudo, pois ela apresenta limitações. Para avançar um pouco mais e não ficar apenas na análise institucional, foram aplicados questionários semiestruturados e visitas à escola. Com isso, pretendeu-se compreender um pouco mais sobre os ajustes realizados pela unidade escolar pesquisada e os docentes da disciplina Educação Física para cumprir o que está previsto nas normas.

Reafirmando, para realização da pesquisa, inicialmente aconteceu através da busca na referida legislação para identificar como ela regulamenta o ensino de Educação Física e a prática esportiva nas unidades escolares da rede estadual de ensino. Para isso, será utilizou-se da técnica de análise conteúdo das normas. Esta técnica é adequada ao presente estudo e as pesquisas de natureza qualitativa (VENTURA, 2007; GODOY, 1995).

Após finalizar o levantamento das informações através da busca documental, o estudo analisou o conteúdo de referidos documentos para entender como estão previstas as aulas de Educação Física e as práticas esportivas. Para Mozzato e Grzybovski apud Vergara (2005), a análise de conteúdo constitui uma técnica que trabalha os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema. Assim constituiu parte importante da presente metodologia a ser adotada durante o estudo que se propõe realizar a análise dos conteúdos das normas e das entrevistas realizadas.

Além dos documentos, este estudo se propôs a analisar como encontram-se estruturadas e implementadas as práticas esportivas nas aulas de Educação Física na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Para isto, haverá a necessidade de realização de visitas à unidade escolar selecionada para análise.

Para a definição da unidade escolar pesquisada, primeiro procurou definir a rede de ensino. A escolha recaiu sobre a Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. A definição desta rede aconteceu por ser ela a responsável pela oferta do Ensino Médio para a maioria dos estudantes do estado nesta etapa do ensino. E deve-se a capilaridade

e amplitude desta rede e o quase monopólio da oferta e cobertura da população alvo desta etapa da educação básica. Neste sentido, esta rede de ensino possui atualmente 3.553 (três mil quinhentas e cinquenta e três) unidades escolares nos 853 (oitocentos e cinquenta e três) municípios mineiros (BRASIL, 2022).

Ressalta-se que considerando a extensão da rede pública estadual de ensino de Minas Gerais, tornava-se inviável que o estudo conseguisse realizar visitas e proceder entrevistas em cada uma das unidades escolares existentes ou realizar um estudo qualitativo censitário. Dessa maneira, o estudo tomará como seu objeto uma unidade escolar da rede estadual de ensino de situada em uma região da periferia da cidade de Belo Horizonte. A escolha por este município decorre da sua importância política, econômica, por agrupar centenas de escolas estaduais e por ser a capital do estado de Minas Gerais. A escolha de apenas uma unidade decorre das limitações de tempo e de recursos para pesquisa amostral ou censitária. Ademais como o presente estudo tem caráter exploratório para identificar se há contradições e problemas para as práticas esportivas previstas no conteúdo programático da disciplina Educação Física, a escolha de apenas uma unidade escolar, não apresenta prejuízos aos resultados alcançados.

Assim em princípio a escolha da escola seguiu os seguintes critérios: i) localização em bairro periférico da cidade; ii) disponibilidade do pesquisador; iii) perfil socioeconômico da localidade onde a escola está situada; iv) disponibilidade de equipamentos voltados à prática esportiva (quadras poliesportivas); v) número de alunos matriculados nas unidades escolares.

Na unidade escolar selecionada, foram realizadas entrevistas com os professores de Educação Física para identificar como acontece as práticas esportivas. Além deles, foram entrevistados também os diretores e coordenadores pedagógicos. Estes últimos permitiram identificar se as aulas de Educação Física e suas práticas esportivas cumprem o que está previsto na legislação. No entanto, as entrevistas foram utilizadas para identificar o distanciamento entre o conteúdo normativo e a prática executada nas unidades de ensino.

Na escola selecionada, a secretaria escolar informou que existem 1 diretor escolar, 3 vice-diretores escolares, sendo um responsável por cada turno de ensino, manhã, tarde, noite; 2 coordenadores pedagógicos e 5 professores de educação física. Destes total de

11 profissionais, foram obtidas o número de 04 respostas aos questionários aplicados de forma anônima, com objetivo de obter o maior número de respostas possíveis, que fossem capazes de mensurar como estão estruturadas e implementadas as aulas de Educação Física na Escola Estadual Paulo Freire⁴.

Sobre os questionários aplicados, se trata de um processo de interação social, no qual o aplicador tem a finalidade de obter informações do respondente, através de um roteiro contendo tópicos em torno de uma problemática central, (LIMA et. al apud HAGUETTE,1995, p.133). Dentre os modelos de questionários metodologicamente possíveis de utilização, optou-se pelo questionário semiestruturado na qual o informante tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador. Ao mesmo tempo, permite respostas livres e espontâneas do informante (LIMA, et.al 1999, p.133).

Por fim, considerando as peculiaridades que insurgem no ambiente escolar, em última hipótese, o autor do presente estudo, realizou a observação dos espaços destinados às aulas de Educação Física para ver a sua adequação para as atividades esportivas. Durante a observação dos espaços foram retiradas fotografias que constam como documentos deste estudo.

4 Para preservação do sigilo da unidade escolar que recebeu o presente estudo, foi adotado o presente nome fictício, em homenagem ao Ilustre Paulo Freire, educador e filósofo brasileiro, considerado um dos pensadores mais notáveis da pedagogia mundial e patrono da Educação no Brasil. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Freire)

5. Análise dos dados

5.1. Legislação federal que regulamenta o ensino de educação física e as práticas esportivas nas escolas

As políticas públicas em democracias são reflexo das escolhas coletivas da sociedade, formuladas e normatizadas em leis por representantes eleitos e implementadas agências governamentais. As aulas de Educação Física no Brasil são regulamentadas por diversos documentos legais que estabelecem as diretrizes para a educação no país. Esses documentos têm o objetivo de garantir a qualidade e a obrigatoriedade do ensino da Educação Física nas escolas brasileiras, proporcionando uma base legal para a formulação de currículos, a capacitação de professores e a promoção de práticas educacionais adequadas no campo da Educação Física Escolar.

É fundamental reconhecer a relevância dessas bases legais para assegurar não apenas a presença da Educação Física no currículo escolar, mas também para orientar seu desenvolvimento de maneira alinhada com os objetivos educacionais mais amplos. A legislação busca proporcionar diretrizes claras para a formulação de currículos, a qualificação dos profissionais envolvidos e a promoção de práticas que contribuam para o desenvolvimento integral dos alunos.

Além disso, a compreensão de que as políticas refletem escolhas coletivas da sociedade destaca a importância do engajamento cívico e da participação democrática na definição das prioridades e direcionamentos para o sistema educacional, incluindo a área específica da Educação Física.

A Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB-1988, estabelece que a educação é direito de todos (BRASIL, 1988, art. 6º e 205) e obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade (BRASIL, 1988, art. 208, inc. I). E estabelece, também, o dever do Estado e da Família promovê-la para o pleno desenvolvimento da pessoa. Portanto, o Estado brasileiro, por estes dispositivos constitucionais, está obrigado a garantir a oferta da educação para todos os brasileiros,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício

da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205, caput).

Para garantir a provisão da educação no país, como está previsto no texto constitucional de 1988, o governo federal promulgou outros instrumentos como a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96. Esta lei estabelece que “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica” (BRASIL, 1996, art. 26, §3º, inc. III). Além disso, define que “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física (...)” (BRASIL, 1996, art. 35A, §2º). Ou seja, a Educação Física é componente obrigatório no Ensino Fundamental e no Médio. Portanto, os governos estão obrigados a garantir os meios para que ela aconteça de forma adequada as necessidades de cada etapa da vida escolar dos estudantes.

Além da LDBEN, outro instrumento normativo previsto nesta lei complementar 9394/96 é a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 1996, art. 35A, §2º). Por isso, ela é um importante instrumento para regulamentar o currículo das escolas de educação básica do país. Este instrumento assegura a base curricular nacional que deve ser comum aos estudantes, respeitada as regionalidades e os valores culturais e artísticos nacionais, como prevê a CRFB 1988,

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (BRASIL, 1988, art. 210, caput).

Apesar de prevista na LDBEN, somente no ano de 2015 foi disponibilizada a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para discussão. Esta primeira versão tramitou por dois anos para debate, avaliação e propostas de modificações. No ano de 2017, por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, a BNCC foi institucionalizada. Apesar das críticas por setores e pesquisadores importantes que atuam na educação brasileira (NEIRA, 2018; SILVA; LOUREIRO, 2020), a partir desta data, as redes de ensino pública e privada deveriam organizar seus currículos de acordo com a regulamentação federal.

O próprio documento que apresenta a base curricular se auto define como,

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

Ou seja, trata-se de um documento definidor do conjunto de atividades, disciplinas e conteúdos básicos que serão desenvolvidos durante o processo formativo escolar de todos os alunos e alunas da educação básica no país. Neste caso, o Governo Federal definiu e regulamentou a base comum mínima que deverá constar nos currículos e atividades escolares dos sistemas e redes de ensino dos estados e municípios brasileiros. (BRASIL, 2017).

Ela foi elaborada pelo Ministério da Educação (MEC) em conjunto com especialistas, educadores e educandos e buscou incorporar contribuições de diversas partes interessadas. Essa base comum mínima, regulamentada pelo Governo Federal, serve como referência para a formulação dos currículos das escolas em todo o país. Cada sistema de ensino, estado e município, ao elaborar seus currículos, deve considerar e contextualizar os elementos da BNCC, adaptando-os às suas realidades locais e desempenha um papel crucial na definição dos rumos da educação brasileira, estabelecendo padrões que visam assegurar a qualidade e a equidade no processo de aprendizagem dos estudantes em diferentes regiões do país.

Uma primeira aproximação com a BNCC, verifica-se que ele está organizado a partir das etapas da educação básica. Ou seja, ele define o currículo e ações para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Além disso, ele define as áreas de conhecimento que integram a base nacional que deve ser adotada por todas as escolas públicas e/ou privadas no país.

No documento da BNCC o ensino da Educação Física aparece, particularmente, na parte que trata do Ensino Médio. Neste sentido, o documento define alguns elementos e princípios que precisam compor o ensino desta disciplina e das atividades esportivas nas unidades escolares,

O componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos,

produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo (BRASIL, 2017).

Ao ampliar a visão das atividades a serem desenvolvidas por esta disciplina, a BNCC reconhece que a Educação Física vai além do enfoque exclusivo em determinados esportes ou atividades físicas. Os princípios da BNCC destacam a importância de uma abordagem mais abrangente, que considere a diversidade de práticas corporais e a pluralidade de manifestações culturais associadas. Isso significa que as aulas de Educação Física podem incluir uma variedade de atividades, como danças, jogos, práticas corporais de diferentes culturas, atividades rítmicas, atividades aquáticas, entre outras, além dos esportes tradicionais.

Essa mudança de perspectiva promove a compreensão de que a Educação Física contribui não apenas para o desenvolvimento das habilidades motoras, mas também para a formação integral dos alunos, abordando aspectos culturais, sociais e emocionais. Essa abordagem mais ampla pode favorecer a inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades específicas em esportes tradicionais. Ao reconhecer que as atividades físicas são diversas e culturalmente contextualizadas, a BNCC contribui para uma visão mais abrangente da Educação Física escolar, alinhada com os princípios de educação integral e inclusiva.

Destacam-se ainda as resoluções CNE/CEB nº 7/2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Ela estabelece a carga horária mínima para a Educação Física nessa etapa de educação básica. Além dela, a Resolução CNE/CEB nº 3/2008 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, também define a carga horária mínima para a Educação Física esta etapa da educação básica.

Essas resoluções desempenham um papel crucial na padronização e orientação do currículo escolar em todo o país, garantindo que a Educação Física seja uma parte integrante do processo educacional, contribuindo para o desenvolvimento global dos estudantes. A carga horária mínima estabelecida reflete o reconhecimento da importância da disciplina no contexto da formação dos alunos ao longo do Ensino Fundamental e Médio.

Por fim, há de se ressaltar a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,1997) que são um conjunto de orientações elaboradas pelo Ministério da Educação (MEC) que têm o objetivo de fornecer diretrizes para a elaboração dos currículos escolares em todo o país. Os PCNs abrangem diferentes áreas do conhecimento, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física, entre outras.

Velloso (2012) destaca um período importante na história da educação brasileira, especialmente nos anos de 1990, quando as questões educacionais passaram por transformações significativas. Neste período, a sociedade brasileira passava por mudanças sociais, tecnológicas e culturais, bem como por uma reconfiguração nas concepções de Estado e nas relações entre o âmbito global e o local. Fato este que se refletiu na política educacional do país e importante mudanças na forma que o Estado brasileiro regulamentava e provia sua educação básica.

A discussão sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) durante esse período reflete o esforço em desenvolver novas políticas curriculares alinhadas às transformações em curso. A circulação da versão preliminar dos PCNs a partir de novembro de 1995 e sua elaboração por técnicos ligados ao Governo Federal indicam a relevância desses documentos como instrumentos orientadores para a educação no Brasil (BRASIL,1997).

Os PCNs foram concebidos como um conjunto de diretrizes para auxiliar na elaboração dos currículos escolares em todo o país, abordando diversas áreas do conhecimento e sendo uma referência para os educadores no desenvolvimento de práticas pedagógicas e na organização dos conteúdos a serem abordados nas diferentes etapas da Educação. Sua flexibilidade permitiu adaptações às realidades locais, enquanto buscavam promover a qualidade e a integração entre as disciplinas. É interessante observar como o contexto de mudanças sociais e paradigmáticas influenciou a formulação dos PCNs, refletindo a necessidade de adequação da educação às demandas emergentes da sociedade brasileira na época. Esse período também foi marcado por discussões sobre a descentralização das políticas educacionais e a autonomia das escolas, o que pode ter contribuído para a complexidade do debate sobre as políticas curriculares (BRASIL,1997).

5.2. Legislação estadual de Minas Gerais que regulamenta o ensino da educação física e as práticas esportivas nas escolas

Além dos instrumentos promulgados pelo Governo Federal, o Governo de Minas Gerais também promulgou normas para regulamentar a sua educação escolar e, particularmente, o ensino da Educação Física no seu sistema de ensino. Uma das normas é a Resolução nº 159 de 16 de novembro de 1999 (SEE). Ela desempenhou um papel importante na regulamentação da prática da Educação Física nas escolas estaduais do estado. Em linhas gerais o texto previa que a Educação Física deveria integrar a proposta pedagógica da escola, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, além de determinar a obrigatoriedade da Educação Física em todas as séries e em todos os anos dos ciclos da Educação Básica, em todos os turnos de funcionamento da escola. Ressalvando que nos cursos noturnos, em que ela é obrigatória, e o aluno possua a opção de participar, deve a sua carga horária constar de 8 horas mínimas de atividades exigidas para cada ano letivo. Além de ter estabelecido o número mínimo de módulos semanais destinados à Educação Física em 02 (dois) módulos-aula.

A resolução, ao estabelecer essas diretrizes, demonstrou um compromisso em integrar a Educação Física de forma mais abrangente na proposta pedagógica da escola e garantir sua obrigatoriedade em todas as séries e anos dos ciclos da Educação Básica, em todos os turnos de funcionamento.

Posteriormente, foram editadas as Leis Estaduais de nº 15.030, de 20 de janeiro de 2004 e nº 17.942, de 19 de dezembro de 2008, que reforçaram o papel da Educação Física enquanto parte da proposta pedagógica das escolas da rede pública estadual e componente curricular obrigatório em todas as séries ou anos dos ciclos da educação básica, destacando a sua importância. Além disso, estabeleceram requisitos para os profissionais, reservando a docência ou a orientação da prática da Educação Física na rede pública estadual de ensino a profissionais com curso superior completo em Educação Física, em consonância com o previsto na LDBEN (1996).

Estas leis buscaram garantir a presença obrigatória da educação física no currículo escolar, destacando a importância do componente curricular e definindo as condições

para a oferta, habilitação dos profissionais envolvidos e alternativas em casos de falta de professores habilitados.

Uma vez delimitadas as legislações inerentes à regulamentação das aulas de Educação Física no âmbito de Minas Gerais, deve-se entender quais os conteúdos a serem ministrados pelos docentes durante as aulas para os alunos, devendo os mesmos estarem alinhados com as diretrizes estabelecidas pela legislação educacional. No quadro abaixo, pode-se observar as legislações publicadas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais que cuidaram de determinar o conteúdo programático das disciplinas.

Quadro 02 - Orientações sobre o conteúdo programático

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS	
Instrução Conjunta 1, de 9/2/200	Dispõe sobre organização de ensino no que se refere a educação física.
Instrução Conjunta 2, de 18/02/2000 MG 23/02/2000(SEE)	Altera Instrução Conjunta 1/2000.
Instrução Conjunta 3, de 08/03/2000 MG 10/03/2000(SEE)	Altera Instrução Conjunta 1/2000.
Orientação Conjunta 1, de 31/05/2006 MG 10/06/2006(SEE)	Orienta o desenvolvimento da educação física .

Fonte: Elaboração própria

A partir das regulamentações os conteúdos a serem ministrados nas aulas de Educação Física em Minas Gerais precisam ser variados e visam promover o desenvolvimento integral dos estudantes. Eles devem considerar aspectos físicos, motores, cognitivos, sociais e afetivos dos estudantes. E precisam variar de acordo com as características da escola, as faixas etárias dos alunos e os objetivos educacionais estabelecidos. E, por fim, devem constar o planejamento das aulas, levar em consideração a diversidade dos estudantes e com objetivo de proporcionar uma educação física inclusiva, motivadora e alinhada aos princípios pedagógicos da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2019).

Entretanto, a partir da criação da BNCC, conforme já abordado anteriormente, surgiu a necessidade de implementação desta base em todos os estados do Brasil, e em Minas Gerais não seria diferente. Para tanto, a Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018, do Ministério da Educação (MEC), estabeleceu o Programa de Apoio à Implementação da

Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC). Essa iniciativa, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), teve como objetivo oferecer apoio técnico e financeiro aos governos para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (ALVES; OLIVEIRA, 2022).

É interessante observar por sua vez, conforme destacado pelas resoluções citadas anteriormente, que Minas Gerais já tinha um currículo normatizado voltado para o desenvolvimento de Competências e Habilidades desde 2005. Isso significa que o estado já estava adotando uma abordagem centrada no desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos antes mesmo da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em nível nacional. Desta forma, a BNCC pode não ter representado uma mudança tão significativa ou inovadora em relação ao que já vinha sendo trabalhado na Rede Estadual de Ensino.

Todavia a compreensão das mudanças e ajustes entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o currículo já existente em Minas Gerais destaca a dinâmica evolutiva da educação brasileira. Algumas observações em relação a essas alterações dizem respeito a atualização de conceitos e termos, conferindo uma abordagem mais contemporânea aos conteúdos educacionais (ALVES; OLIVEIRA, 2022).

Desta feita, a Resolução CEE/MG Nº 470/2019, teve como objetivo instituir e orientar a implementação do Currículo Referência de Minas Gerais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental nas escolas do sistema de Ensino de Minas Gerais. Atualmente vigente, contempla a educação como um compromisso com o desenvolvimento integral do estudante e refletindo novamente uma abordagem educacional centrada no aluno e alinhada com princípios de formação para além dos conteúdos escolares. Assim, atualmente encontra-se vigente o Currículo de Referência de Minas Gerais - Educação Infantil e Ensino Fundamental, estando as aulas de Educação Física inseridas em referido documento (BRASIL, 2018; MINAS GERAIS, 2019).

5.3. Como é o ensino da educação física nas escolas de Minas Gerais

Atualmente, o ensino da Educação Física nas escolas de Minas Gerais, segue os parâmetros estabelecidos pelo Currículo de Referência, previsto pela Base Nacional

Comum Curricular (BNCC) e trouxe uma reorganização dos saberes que devem ser abordados nas aulas. Anteriormente orientadas pelos Currículos Básicos Comuns (CBCs), as aulas de Educação Física eram estruturadas em torno de quatro eixos: jogos e brincadeiras, esportes, danças e atividades expressivas, e ginástica. Com a BNCC, há uma mudança nessa estrutura, a partir do momento que passou a vigorar, os professores são convidados a contemplar o desenvolvimento de habilidades e competências a partir de seis unidades temáticas: brincadeiras e jogos; esportes; ginásticas; danças; lutas e práticas corporais de aventuras.

Conforme o Currículo de Referência implementado pela Resolução CEE/MG nº 470/2019, vigente em Minas Gerais, durante prática de educação física no escopo das brincadeiras e jogos devem ser desenvolvidas atividades lúdicas que envolvem jogos e brincadeiras, proporcionando uma abordagem mais ampla e diversificada para o desenvolvimento motor e social dos alunos. Nos esportes deve-se promover não apenas a competição, mas também o aprendizado de valores como trabalho em equipe, disciplina e respeito. A ginástica, por sua vez, deve englobar atividades que visam o desenvolvimento da flexibilidade, força, equilíbrio e coordenação motora por meio de diferentes modalidades de ginástica. No universo da dança, a expressão corporal por meio da dança, deve proporcionar aos alunos a oportunidade de explorar movimentos e ritmos. Quando se fala das lutas, devem-se desenvolver não apenas aspectos físicos, mas também valores como ética e autocontrole. Por fim, as Práticas Corporais de Aventura devem desenvolver atividades que exploram o corpo em contextos desafiadores e de aventura, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e superação pessoal (MINAS GERAIS, 2019).

Essa nova organização busca oferecer uma abordagem mais abrangente e integrada para o ensino da Educação Física, proporcionando aos alunos experiências variadas e contribuindo para o desenvolvimento integral de suas habilidades e competências. Para além destas competências temáticas, as aulas ainda precisam garantir as competências específicas que estão elencadas no art. 39 da Resolução CEE/MG Nº 470/2019, abaixo transcritos.

Art. 39 O Componente Curricular Educação Física, para o Ensino Fundamental, deve garantir as competências específicas, a saber:

- I. compreender a origem das práticas humanas sistematizadas como cultura corporal de movimentos e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual;
- II. planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de vivência e aprendizagem das práticas corporais, de forma inclusiva e solidária, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural, nesse campo
- III. refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais, agindo, individual e coletivamente, em prol da constituição de tempos e espaços para vivência dessas práticas, com vistas à conquista da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar;
- IV. identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia, discutir posturas consumistas e preconceituosas e saber agir de maneira solidária, consciente e sustentável;
- V. identificar e respeitar os valores, os sentidos e os significados constituintes das diferentes práticas corporais, reconhecendo as mudanças e as alterações produzidas e sofridas ao longo do tempo ocorridas a partir das ações e interações dos sujeitos que delas participam, ressignificando-as e reconstruindo-as, quando necessário, para sua vivência, com base em princípios éticos e inclusivos;
- VI. reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos, como forma de expressão de sentimentos, valores, princípios e anseios individuais e coletivos;
- VII. usufruir das práticas corporais de forma autônoma, responsável e solidária, para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e garantir o bem-estar e a promoção da saúde;
- VIII. reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas inclusivas, lúdicas e cooperativas para sua realização, nos contextos comunitários;
- IX. experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo, a cooperação, a inclusão e o protagonismo.

Ao observar-se como estão estruturados os planos de ensino de educação física, resta evidenciado que estão contemplados inicialmente no planejamento anual das aulas, a execução de todas as diretrizes previstas pelo Currículo de Referência, bem como, pela Resolução CEE/MG nº 470/2019, como pode ser observado no quadro abaixo⁵:

Quadro 3 - Plano de Ensino de Educação Física em Minas Gerais

PLANO DE CURSO / BIMESTRE - CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS (CRMG)	
ANO DE ESCOLARIDADE	1º ano – Ensino Fundamental – Anos Iniciais
COMPONENTE CURRICULAR	Educação Física

5 Trecho do extraído do plano de ensino de Educação Física para o ano de 2021, disponível para consulta em <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/plano-de-cursos-crmg>, que contempla todas as séries de ensino, do primeiro ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio. Por este motivo não houve a transcrição integral do plano de ensino.

1º BIMESTRE			
MÊS	CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS	MATRIZ DE REFERÊNCIA (SAEB)	CONTEÚDOS RELACIONADOS
FEVEREIRO	<p>UNIDADE TEMÁTICA: Brincadeiras e Jogos</p> <p>OBJETO DE CONHECIMENTO: Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional</p> <p>HABILIDADES: (EF12EF01P1) Experimentar e fruir diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, valorizando os saberes e vivências produzidos, reproduzidos e perpetuados nos contextos familiares e comunitários. (EF12EF02P1) Registrar, por meio de múltiplas linguagens (corporal, visual, oral e escrita), as brincadeiras e os jogos populares do contexto comunitário e regional, reconhecendo os elementos constituintes (materiais, regras, contextos de vivências e fruição, etc.) de cada uma destas práticas corporais.</p>	<p>O desenvolvimento dessas habilidades no componente curricular de Educação Física favorece o trabalho com os descritores da Matriz do SAEB de:</p> <p>Língua Portuguesa: D1 - Localizar informações explícitas em um texto D3 - Inferir o sentido de uma palavra ou expressão</p> <p>Matemática: D1 – Identificar a localização/movimentação de objeto em mapas, croquis e outras representações gráficas. Tratamento da Informação D27 – Ler informações e dados apresentados em tabelas.</p>	<p>Brincadeiras e Jogos populares: regras e materiais.</p> <p>Brincadeiras e jogos populares na família, comunidade e região.</p> <p>Brincadeiras e jogos populares: capacidades físicas e habilidades motoras.</p>
MARÇO	<p>UNIDADE TEMÁTICA: Esportes</p> <p>OBJETO DE CONHECIMENTO: Esportes de marca (tais como atletismo, ciclismo, natação, entre outros) Esportes de precisão (tais como tiro com arco, golfe, bocha, entre outros)</p> <p>HABILIDADES: (EF12EF05P1) Experimentar e fruir, prezando pela ludicidade e pelo trabalho coletivo e cooperativo, esportes de marca e de precisão. (EF12EF06P1) Reconhecer a importância da observação das normas e das regras dos esportes de marca e de precisão, compreende que os contextos experienciais de acordos e combinados coletivos são espaços legítimos de construção delas</p>	<p>O desenvolvimento dessas habilidades no componente curricular de Educação Física favorece o trabalho com os descritores da Matriz do SAEB de:</p> <p>Língua Portuguesa: D1 - Localizar informações explícitas em um texto D3 - Inferir o sentido de uma palavra ou expressão</p> <p>Matemática: D1 – Identificar a localização/movimentação de objeto em mapas, croquis e outras representações gráficas. Tratamento da Informação D27 – Ler informações e dados apresentados em tabelas.</p>	<p>Esportes de marca (atletismo, ciclismo, natação, etc.) e esportes de precisão (tiro, golfe, bocha, etc.)</p> <p>Os esportes de marca e precisa e seus elementos comuns (correr, saltar, lançar e arremessar, e as capacidades físicas, como a força muscular, a potência muscular e a velocidade.</p> <p>Esportes de marca e precisão: regras, combinados, ação individual e coletiva.</p>

PLANO DE CURSO / BIMESTRE – CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS (CRMG)

ANO DE 6º ano – Ensino Fundamental - Anos Finais

ESCOLARIDADE:			
COMPONENTE CURRICULAR:		Educação Física	
1º BIMESTRE			
MÊS	CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS	MATRIZ DE REFERÊNCIA (SAEB)	CONTEÚDOS RELACIONADOS
FEVEREIRO	<p>UNIDADE TEMÁTICA: Brincadeiras e Jogos</p> <p>OBJETOS DE CONHECIMENTO: Jogos eletrônicos Sedentarismo Saúde e qualidade de vida</p> <p>HABILIDADES: (EF67EF01P6) Experimentar e fruir, na escola, jogos eletrônicos diversos, reconhecendo os sentidos e significados atribuídos a eles por diferentes grupos sociais e etários. (EF67EF02P6) Identificar as transformações nas características dos jogos eletrônicos em função dos avanços das tecnologias digitais e seus impactos na saúde e qualidade de vida das pessoas.</p>	<p>O desenvolvimento dessas habilidades no componente curricular de Educação Física favorece o desenvolvimento dos descritores da Matriz do SAEB de:</p> <p>Língua Portuguesa: D1 - Localizar informações explícitas em um texto D3 - Inferir o sentido de uma palavra ou expressão.</p> <p>Matemática: D36– Resolver problema envolvendo informações apresentadas em tabelas e/ou gráficos. D37– Associar informações apresentadas em listas e/ou tabelas simples aos gráficos que as representam e vice-versa.</p>	<p>Jogos eletrônicos: sentidos e significados.</p> <p>O sedentarismo associado aos avanços das tecnologias digitais.</p> <p>Jogos eletrônicos: impactos na saúde e na qualidade de vida.</p> <p>Influência da tecnologia sobre nossos movimentos.</p>
MARÇO	<p>UNIDADE TEMÁTICA: Esportes</p> <p>OBJETOS DE CONHECIMENTO: Esportes de marca (tais como atletismo, ciclismo, natação, entre outros) Esportes de precisão (tais como tiro com arco, golfe, bocha, entre outros) Esportes de invasão (tais como basquetebol, futebol de campo, futsal, handebol e polo aquático, entre outros) Esportes técnico-combinatórios (tais como ginástica olímpica, saltos ornamentais, GRD, nado sincronizado, volteio, entre outros)</p> <p>HABILIDADES: (EF67EF03P6) Experimentar e fruir esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios, valorizando o trabalho coletivo e a cooperação. (EF67EF04P6) Vivenciar, um ou mais esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios. (EF67EF05P6) Desenvolver e</p>	<p>O desenvolvimento dessas habilidades no componente curricular de Educação Física favorece o desenvolvimento dos descritores da Matriz do SAEB de:</p> <p>Língua Portuguesa: D1 - Localizar informações explícitas em um texto D3 - Inferir o sentido de uma palavra ou expressão.</p> <p>Matemática: D36– Resolver problema envolvendo informações apresentadas em tabelas e/ou gráficos. D37– Associar informações apresentadas em listas e/ou tabelas simples aos gráficos que as representam e vice-versa.</p>	<p>Conceitos dos esportes de marca (atletismo, ciclismo, natação, entre outros).</p> <p>Conceitos dos esportes de precisão (tiro com arco, golfe, bocha, entre outros).</p> <p>Conceitos dos esportes de invasão (basquetebol, futebol de campo, futsal, handebol e polo aquático, entre outros).</p> <p>Conceitos dos esportes técnico-combinatórios (ginástica olímpica, saltos ornamentais, GRD, nado sincronizado, volteio, entre outros).</p> <p>Estratégias, desafios técnicos e táticos nos Esportes.</p>

	<p>aplicar estratégias para solucionar os desafios técnicos e táticos nos esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios garantindo a participação de todos. (EF67EF07P6) Desenvolver alternativas para experimentação dos esportes não disponíveis e/ou acessíveis na comunidade e das demais práticas corporais tematizadas na escola.</p>		
--	--	--	--

PLANO DE CURSO / BIMESTRE - CRMG			
ANO DE ESCOLARIDADE	9º ano – Ensino Fundamental – ANOS FINAIS		
COMPONENTE CURRICULAR	Educação Física		
	1º BIMESTRE		
MÊS	CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS	MATRIZ DE REFERÊNCIA (SAEB)	CONTEÚDOS RELACIONADOS
FEVEREIRO	<p>UNIDADE TEMÁTICA: Brincadeiras e Jogos OBJETO DE CONHECIMENTO: Brincadeiras e Jogos HABILIDADES: (EF89EF22MGP9) Compreender e analisar a importância dos jogos e das brincadeiras ao longo da vida dos sujeitos, identificando princípios, valores e atitudes éticos e estéticos presentes nos tempos e espaços de experimentação, vivência e fruição, fomentando sua realização.</p>	<p>O desenvolvimento dessas habilidades no componente curricular de Educação Física favorece o desenvolvimento dos descritores da Matriz do SAEB de:</p> <p>Língua Portuguesa: D1 - Localizar informações explícitas em um texto. D3 - Inferir o sentido de uma palavra ou expressão.</p> <p>Matemática: D36 – Resolver problema envolvendo informações apresentadas em tabelas e/ou gráficos. D37 – Associar informações apresentadas em listas e/ou tabelas simples aos gráficos que as representam e vice-versa.</p>	<p>Jogos e brincadeiras no cotidiano familiar e social.</p> <p>Jogos e brincadeiras e suas transformações a partir dos avanços tecnológicos.</p> <p>Resgate a jogos e brincadeiras da herança cultural.</p>

FEVEREIRO	<p>UNIDADE TEMÁTICA: Ginásticas</p> <p>OBJETO DE CONHECIMENTO: Ginástica de condicionamento físico. Ginástica de conscientização corporal. Saúde e qualidade de vida. Noções básicas de fisiologia humana e fisiologia do exercício.</p> <p>HABILIDADES: (EF89EF09P9) Problematizar a prática excessiva de exercícios físicos e o uso de medicamentos para a ampliação do rendimento ou potencialização das transformações corporais, recorrendo a fatos e ao conhecimento científico produzido.</p>	<p>O desenvolvimento dessas habilidades no componente curricular de Educação Física favorece o desenvolvimento dos descritores da Matriz do SAEB de:</p> <p>Língua Portuguesa: D1 - Localizar informações explícitas em um texto. D3 - Inferir o sentido de uma palavra ou expressão.</p> <p>Matemática: D36 – Resolver problema envolvendo informações apresentadas em tabelas e/ou gráficos. D37 – Associar informações apresentadas em listas e/ou tabelas simples aos gráficos que as representam e vice-versa.</p>	<p>A prática excessiva de exercícios físicos e o uso de anabolizantes e estimulantes.</p> <p>Mudanças no corpo físico: sedentarismo, obesidade, dietas.</p> <p>Corpo físico: saúde e padrões de beleza.</p>
-----------	--	---	---

Fonte: Currículo de Referência de Minas Gerais - Planos de Curso

Nota-se ainda pela análise do plano de ensino em sua versão completa, que o tipo de envolvimento e atividades físicas e práticas esportivas previstas para cada ano escolar, são modificadas. Estas adequações e ajustes são necessários que sejam realizados para permitir que as aulas de educação física se adequem a idade dos seus alunos praticantes. Para Carvalho (2017), a abordagem adaptativa é essencial para maximizar o impacto das aulas de Educação Física, garantindo que os alunos possam desfrutar de experiências significativas e relevantes ao longo de sua trajetória escolar.

5.4. Condições dos docentes

A condição da docência no Brasil é, há muitos anos, tema de diversos trabalhos que buscam analisar como a mesma se estrutura e enfrenta os desafios que lhe são propostos. Para GOUVÊA (2016), o processo de universalização da educação básica no Brasil, iniciado na década de 1990, trouxe consigo um aumento significativo na incorporação de professores nas escolas, configurando uma realidade sem precedentes na história do país. Nesse cenário, a questão do adoecimento dos professores, como resultado das condições de trabalho a que estão submetidos, tem sido objeto de estudos

tanto no meio acadêmico quanto no âmbito sindical e em instituições de pesquisa em todo o país (GOUVÊA, 2016).

Oliveira (2020), por sua vez, ao abordar o tema diz que as condições de trabalho são componentes essenciais para a valorização docente, constituindo requisitos fundamentais que influenciam diretamente a realização profissional dos professores. Esses aspectos cruciais abrangem diversos elementos que impactam a qualidade do ambiente laboral e, conseqüentemente, a satisfação e eficácia dos profissionais da educação.

Oliveira (2020) reforça que novamente que as condições de trabalho docente tradicionalmente são estudadas considerando a escola como referência central, Nela está incluído sua infraestrutura, equipamentos e recursos disponíveis que impactam diretamente o ambiente de trabalho dos professores e, conseqüentemente, sua capacidade de realizar suas funções de maneira eficaz.

A escola objeto do presente estudo por sua vez, apresenta uma infraestrutura segundo dados do Censo Escolar (INEP 2020), composta por alimentação escolar para os alunos; água filtrada; água da rede pública; energia da rede pública; esgoto da rede pública; lixo destinado à coleta periódica; acesso à Internet banda larga; 24 salas de aulas; sala de diretoria; sala de professores; laboratório de informática; laboratório de ciências; quadra de esportes coberta; cozinha; biblioteca; banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida; sala de secretaria; refeitório; despensa; auditório; pátio coberto; pátio descoberto; área verde; equipamentos TV, DVD, antena parabólica; copiadora; impressora; aparelho de som e projetor multimídia (data show).

Assim, no quesito estrutura, os docentes não enfrentam dificuldades para o exercício de suas atividades. Porém, como é amplamente debatido, a remuneração atual dos servidores da educação no estado de Minas Gerais, vem sendo objeto de grandes discussões, principalmente sobre a relação ao não pagamento⁶ do Piso Nacional previsto pela Lei Federal 11.738/2018, a Constituição Estadual de Minas Gerais e a Portaria nº 17,

⁶ Minas Gerais enfrenta graves problemas financeiros que se arrastam ao longo dos últimos anos. Sendo assim, este é um dos motivos que levam o governo mineiro a ser reticente em rever o plano de remuneração dos servidores da educação. E principalmente a divergência existente em relação à carga horária. Visto que o governo mineiro alega que realiza o pagamento do piso de maneira proporcional à carga horária semanal de 24 (vinte e quatro) horas. Enquanto o piso federal, prevê uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. <https://www.otempo.com.br/politica/governo-de-minas-nao-garante-adocao-do-novo-piso-salarial-do-magisterio-1.2799394>

de 16 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União, que concedeu um reajuste de 14,95% do piso nacional dos profissionais do magistério da educação básica, passando o montante de R\$ 3.845,63 (três mil oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos), para R\$ 4.420,55 (quatro mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos).

Não houve a percepção de que a docência sofra com a violência urbana no ambiente externo à escola, ou ainda que os alunos adotem comportamentos contrários aqueles que se esperam dentro do ambiente escolar. Desta feita, excetuando alguma dificuldade de saúde física conforme já relatado, que impeça os docentes de comparecerem e exercerem suas atividades cotidianamente, não existem maiores fatores complicadores ou impeditivos para que as aulas de Educação Física sejam rotineiramente ministradas na escola em questão.

5.5. Equipamentos e insumos escolares para a educação física

Durante o presente trabalho, foi visitada a Escola Estadual Paulo Freire, que integra a Rede Pública Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais. Em referida unidade escolar, as aulas de Educação Física são oferecidas para os anos finais do Ensino Fundamental 6º ao 9º ano e para os estudantes do Ensino Médio 1º ano ao 3º ano, conforme dados obtidos presencialmente na visita realizada à escola pelo pesquisador, bem como, a partir da coleta das informações contidas pelo Censo Escolar (INEP, 2020).

Em citada unidade escolar, após a visita presencial, bem como, a partir das respostas obtidas pelo questionário aplicado, foi possível constatar que estão disponíveis para realização das aulas de Educação Física, o número total de 02 (duas) quadras poliesportivas, bem como outros 02 (dois) espaços abertos para a prática de atividades esportivas diversas.

A escola possui disponível em suas dependências para as aulas de Educação Física um material composto por petecas, mesa ping-pong, bolas de vôlei, basquete, futsal, handebol, jogo de bonecos (popularmente conhecido como totó). Porém, pôde-se constatar a partir da resposta dos questionários que o quantitativo de materiais poderia ser maior, visto que foi citado a possibilidade de haverem insumos que permitissem a

prática de demais atividades esportivas, como bocha, squash, tênis, entre outras modalidades.

O quantitativo de aulas ministrado para os alunos do Ensino Fundamental semanalmente corresponde a duas aulas. Sendo assim, para cada turma perfaz o total de 08 (oito) horas mensais. Este número de aulas cumpre ao que determina a Resolução nº 159 de 16 de novembro de 1999 (SEE). Porém, para os alunos do Ensino Médio dispõe de apenas uma aula semanal de Educação Física que perfaz o total de quatro horas por mês para cada turma. Este total é insuficiente para o desenvolvimento de práticas esportivas e para atender o que está previsto na BNCC e em outros regulamentos para esta disciplina escolar.

Foi possível ainda, a partir da resposta dos questionários e com a visita, perceber que a estrutura dos equipamentos disponíveis para a prática das atividades esportivas durante as aulas de Educação Física, não apresentam o melhor estado de conservação, em virtude do desgaste natural causado pelo uso constante e diário. Há de se ressaltar que a escola possui, segundo dados do Censo Escolar INEP (2020), o número total de 1549 (mil quinhentos e quarenta e nove) alunos matriculados. Por ser uma escola considerada muito grande, é esperado que o desgaste dos equipamentos seja acentuado.

5.6. A educação física no currículo escolar e as práticas esportivas.

As aulas de Educação Física na Escola Estadual Paulo Freire, atualmente estão estruturadas a partir do Currículo de Referência (CRMG 2019), regulamentado pela Resolução CEE/MG nº 470/2019. Este fato não impede que os professores possam realizar ajustes que julguem necessários para adaptar as atividades propostas à realidade experimentada por cada uma das turmas existentes.

Para a realização das aulas de Educação Física, foi possível identificar que as mesmas para alguns são consideradas como atividades importantes e de suma relevância para o desenvolvimento dos alunos, conforme relato do entrevistado 1⁷, “(...) *muito importante tanto na parte prática como teórica, eles aprendem as regras das modalidades, postura, nutrição, etc.*”

7 Para manutenção do sigilo dos profissionais da escola, foi adotado no presente trabalho para a transcrição das falas obtidas durante a resposta dos questionários, a numeração dos mesmos.

Foi ainda possível perceber que a participação dos alunos é destacada, sendo certo que em determinados momentos não há uma adesão completa, por situações em que os mesmos comparecem à escola com trajés inadequados para as práticas esportivas, sendo este fato reportado pelo entrevistado 2, “(...) *aluno às vezes vem pra aula de forma inadequada e acha pouco a quantidade de aulas.*”

A disciplina é visualizada no conjunto de atividades escolares, fazendo parte das avaliações integradas e dos projetos interdisciplinares, conforme se observa pelo relato do entrevistado 3 “(...) *ela faz parte das avaliações integradas, dos projetos interdisciplinares*”, possuindo ainda um caráter formador de extrema importância, permitindo que os alunos aprendam regras das modalidades esportivas que são praticadas; bem como, a forma de se portarem, além de aprender a socializar de maneira respeitosa com os demais colegas e também com o ambiente externo à escola, conforme pode-se notar da fala do entrevistado 4 “(...) *para aprenderem a socializar, respeitar regras, combinados, praticarem um esporte para usarem no seu cotidiano como forma de atividade física*”.

Para entrevistado 2, (...) *deveriam ter no mínimo 3 aulas para os estudantes se adaptarem a fazer atividades física como uma forma de melhorar a saúde em geral*, apontando neste íterim a necessidade de expansão do número de aulas de educação física que atualmente estão disponíveis para os alunos, como sendo um importante fator para que os mesmos possam se adaptar às práticas esportivas realizadas o que representaria fatalmente de acordo com os relatos objetivos nos questionários, uma melhora significativa na condição de saúde em geral dos alunos.

No que tange ao tipo de práticas esportivas que são realizadas na escola, com maior frequência, eles praticam prioritariamente durante as aulas de educação física a modalidade esportiva de futsal, voleibol e com uma menor frequência, basquetebol e peteca, conforme relato do entrevistado 3 (...) *volei, peteca, basquete*, já para os entrevistados 1 e 2 “(...) *Futebol e vôlei.*” Paralelamente foram realizados no ano de 2023, dois torneios interclasses, que permitiram uma melhor integração dos alunos durante as práticas esportivas escolares.

Sendo parte importante do componente escolar, destaca-se que o processo avaliativo da disciplina de educação física, de acordo com o entrevistado 2 “(...) *Como as*

outras disciplinas. Aproveitamento e frequência”, é semelhante ao realizados nas demais disciplinas que compõem o currículo escolar, com o cômputo de frequência dos alunos que comparecem em trajes adequados para a prática de atividades esportivas, bem como a realização de atividades avaliativas, tais como trabalho e prova prática.

Por fim, destacam-se os problemas que a escola enfrenta durante o ensino de Educação Física em suas dependências, pois, conforme entrevistado 1 “(...) o auto índice de afastamento dos profissionais da área por motivo de licença médica.” o afastamento dos professores da área por doenças,, fazem com que o planejamento das práticas esportivas não obtenha uma sequência e principalmente uma frequência adequada. Somando-se a este fato, para o entrevistado 3 “(...) falta de professor em outra disciplina, usam a quadra para entreter os alunos” existe o problema relatado nos questionários de ocupação do espaço dos espaços destinados para as práticas esportivas, por alunos de outras turmas, que não aquelas previstas pelo horário escolar.

Esses alunos por estarem sem professor que encontra-se afastado por razões diversas, acabam por dificultar ou efetivamente impedir a realização das aulas de educação física como previstas.

6. Considerações finais

Desenvolver estudos sobre políticas públicas contribui para o aprimoramento constante das ações governamentais e proporcionam a avaliações crítica e embasada em dados empíricos. Isso possibilita aos gestores públicos entenderem os impactos, eficácia e eficiência das iniciativas implementadas.

Os estudos contribuem para análises de procedimentos e dos resultados alcançados por uma política pública. Ela ajuda a identificar se os objetivos foram atingidos e as áreas ou etapas do ciclo que precisam ser melhoradas. Além disso, ao examinar as políticas, é possível identificar possíveis gargalos ou desafios que impedem o pleno sucesso das iniciativas.

Durante o presente estudo, percebeu-se que as avaliações de políticas públicas contribuem para o melhor uso dos recursos públicos. Com isso, é possível um tratamento menos voluntarista por parte dos agentes públicos e contribui para que os investimentos sejam direcionados de maneira eficaz, evitando desperdícios. Ao mesmo tempo, contribui ainda para que as políticas públicas se adaptem a mudanças nas condições sociais, econômicas e políticas. Isso é necessário para garantir que as políticas permaneçam relevantes ao longo do tempo.

Para a sociedade, por sua vez, a realização de estudos e avaliações trazem transparência para as políticas públicas, pois trazem informações sobre resultados e problemas. Isso contribui para que os seus interessados e o público-alvo possam se mobilizar para apoiar ou não a sua provisão. Isso contribui para a maior participação e responsabilização da sociedade quanto às ações do Estado. Para além disso, os estudos incentivam a inovação e o aprendizado contínuo, pois a partir da compreensão de que a política pública funciona e o que não funciona, possibilita a implementação de abordagens mais eficazes no futuro. Destaca-se ainda que a realização de estudos aumenta a legitimidade das políticas públicas, gerando confiança da população e de outros stakeholders. Isso é crucial para o sucesso a longo prazo das iniciativas governamentais.

Assim, presente estudo cuidou de analisar como estão estruturadas e implementadas as aulas de educação física e as práticas esportivas na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Para tanto realizou um breve levantamento histórico de como

foram constituídas as políticas públicas educacionais de Educação Física, no âmbito nacional, bem como, no contexto da administração pública mineira. Traçando ainda o percurso metodológico que permitisse atingir os resultados de análise desejados. Em outras palavras, o estudo tratou a disciplina Educação Física implementada nas escolas estaduais de Minas Gerais como uma política pública. Para isso, utilizou-se o ciclo das políticas públicas em suas análises e optou por identificar o desenho e a implementação.

No segundo momento, realizou a análise da implementação da Educação Física e as práticas esportivas, a partir de uma unidade educacional, devidamente selecionada a partir de critérios pré-definidos. Estes foram a relevância econômica do município em que estava situada sendo que a escolha de uma unidade em um estudo de caso. A opção pelo estudo de caso é uma estratégia para estudos de profundidade, no caso investigar a implementação das práticas esportivas na disciplina Educação Física. A abordagem detalhada ofereceu insights valiosos para aprimorar a disciplina no currículo escolar e as práticas na escola que foi selecionada para estudo.

Foi possível perceber, a partir do presente estudo, que a disciplina Educação Física e as práticas esportivas nas escolas encontram-se devidamente consolidadas. Isso é referendado pela existência das legislações federais, que durante muitos anos cuidou de conduzir o ensino nas unidades escolares. Atualmente a referência para identificar a importância desta disciplina é Base Nacional Comum Curricular – BNCC que estabeleceu as diretrizes a serem seguidas por todas as unidades escolares dos entes federativos do país.

Já para o contexto objeto do presente estudo, qual seja, as aulas de Educação Física na Rede Pública do Estado de Minas Gerais e as práticas esportivas, também foi possível identificar que estas estão devidamente consolidadas. Para isso, há um importante conjunto de normas legais e infralegais estaduais que determinam a obrigatoriedade do ensino da Educação Física nas escolas mineiras, bem como, traça diretrizes de sua aplicação. Para além, cumpre destacar que o estado de Minas Gerais, encontrava-se à frente, uma vez que possuía devidamente estruturado o seu Currículo Base, o que facilitou a implementação no estado da BNCC, conforme a Resolução CEE/MG nº 470/2019.

É relevante salientar, neste momento, que o limitado prazo para a realização deste trabalho teve um impacto significativo na capacidade de envolvimento dos educadores e gestores escolares. No entanto, ressalta-se a importância de futuras pesquisas sobre este tema dedicarem um período mais extenso, a fim de possibilitar uma avaliação mais abrangente de toda a dinâmica escolar relacionada às aulas de educação física.

Entretanto, quando se analisa a implementação in loco em uma escola da Rede Estadual de Ensino, é possível perceber que por mais que atualmente seja uma política pública consolidada por legislações, a mesma ainda carece de maiores incentivos e um olhar mais cuidadoso da administração pública. Esse olhar é para que não falem insumos para realização das aulas de educação física pelos alunos. O que ficou demonstrado com a visita a unidade e o depoimento dos docentes e gestores escolar. Além disso, deve ainda ser observado conforme constatado a partir dos questionários, que não há um universo plural de esportes que são praticados pelos alunos, sendo que as atividades concentram-se na sua maioria no futsal e no voleibol.

Em outras palavras, há a necessidade de se expandir as práticas esportivas que são realizadas nas aulas de Educação Física, bem como, entender as razões pelas quais, não se é possível hoje, realizar a prática de outras atividades que são previstas tanto pela BNCC, quanto pelo Currículo de Referência de Minas Gerais. O que sugere a realização de novos estudos com maior capilaridade, a fim de analisar a implementação da política pública de Educação Física em outras unidades escolares.

Neste contexto, é importante ressaltar que as aulas de Educação Física desempenharam um papel crucial em determinado momento histórico, como discutido neste trabalho. Elas atuaram como impulsionadoras para que o país alcançasse melhores resultados nas competições olímpicas. No entanto, mais tarde, essa abordagem foi atenuada com a introdução de uma nova perspectiva, que reconhecia que as aulas de Educação Física não deveriam se limitar a esse papel. Em vez disso, deveriam também se dedicar à formação integral do aluno como cidadão. Pelo que revelou a pesquisa na unidade escolar, isso está longe de acontecer seja pelo número insuficiente de aulas, seja pelo equipamento ruim e insuficiente também, seja pela falta de preparo dos docentes, seja pela falta de estímulo aos professores devido à baixa remuneração paga pelo governo do estado de Minas Gerais.

Ademais, a análise da condição dos docentes também, pode permitir identificar que existe uma necessidade de combater o nível de afastamento de profissionais adoecidos. O que, conforme Malta et. al (2019), pode auxiliar na identificação de outros problemas que interferem tanto no bom desempenho da escola quanto nos aspectos que dizem respeito à saúde dos estudantes e demais trabalhadores da educação.

Desta feita, pode-se concluir que apesar de implementada a política pública de Educação Física na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais e as práticas esportivas, sugere-se que sejam ampliados os estudos para compreender de fato, os motivos pelos quais a multidisciplinaridade de atividades não é realizada. A pesquisa mostrou que as práticas esportivas ficam restritas a duas modalidades esportivas, bem como, deve-se entender qual a atuação situação dos docentes de Educação Física.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Michelle Fernandes. OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. **A trajetória da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): análise dos textos oficiais.** Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 25, p. 1-21, e-20537.063, 2022. Disponível em <<https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>>

AMARAL, Silvia Cristina Franco; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; SILVA, Dirceu Santos. **Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil.** Rev Bras Educ Fís Esporte 29 (1) • Jan-Mar 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-55092015000100065>>

ARAUJO, Maria Luisa Ferreira de. RODRIGUES, Maria de Lurdes. **Modelos de análise das políticas públicas.** Revista Sociologia, Problemas e Práticas. 2017. Portugal.

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. **A ideia de ciclo na análise de políticas públicas.** In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (Org.). Caminhos para análise das políticas de saúde. 2011a. p. 138-172. Disponível em: <www.ims.uerj.br/pesquisa/ccaps>.

BETTI, Mauro. ZULIANI, Luiz Roberto. **Educação Física Escolar: Uma Proposta de Diretrizes Pedagógicas.** Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte – 2002, 1(1):73-81.

BOLFARINE, Heleno. BUSSAB, Wilton, O. **Elementos da Amostragem.** São Paulo. Ed. Blucher. 2005.

BRACHT, Valter. ALMEIDA, Felipe Quintão De. **A Política de Esporte Escolar No Brasil: A Pseudovalorização da Educação Física.** Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, maio 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais /** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica - 2022: Resumo Técnico**. Brasília, 2023

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. LDBEN.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf>

BRASIL, Ministério da Educação, Gabinete do Ministro. Portaria Nº 331, De 5 De Abril De 2018. **Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação.** Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/PORTARIA331DE5DEABRILDE2018.pdf>>.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MASCARENHAS, Fernando; MATIAS, Wagner Barbosa. **O Esporte Educacional Na Educação De Tempo Integral: O Plano Nacional De Educação 2014-2024** - Caderno de Educação Física e Esporte, Marechal Cândido Rondon, v. 15, n. 2, p. 25-36, jul./dez. 2017.

CARVALHO, César Machado. **Esporte como política pública : um estudo sobre o processo de formulação da política de esporte no Brasil** / César Machado Carvalho. -- São Carlos : UFSCar, 2013. 96 f.

CARVALHO, Rosiméria Maria Braga De. **Análise Da Relação Entre O Esporte e Desempenho Escolar: um estudo de caso**. Universidade Lusófona de Humanidades Tecnologias - Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração - Instituto de Educação. Lisboa. 2017.

CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; Gontijo, Cynthia Rúbia Braga; Pinto, Luciana Moraes Raso Sardinha. (Organizadores) **Dicionário de Políticas Públicas**. – Belo Horizonte: EdUEMG, 2015.

DARIDO, Suraya Cristina. Os conteúdos da Educação Física escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades. *Perspectivas da Educação Física escolar*. UFF, v.2, n.1, p. 5-25, 2001.

FARIA, Flaviane. CAREGNATO, André Felipe. CAVICHIOILLI, Fernando Renato. **O esporte e a competição na educação física escolar: perspectivas educacionais a partir dos conceitos da pedagogia do esporte**. *Revista Kinesis*, Santa Maria, v. 37, p.01-12, 2019

FERNANDES, Fabiana Silva; GENTILINI, João Augusto. **Planejamento, políticas públicas e educação**. *Cad. Pesqui.*, São Paulo , v. 44, n. 153, p. 486-492, set. 2014 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742014000300486&lng=pt&nrm=iso>

GAYA, Adroaldo. MARQUES, Antônio. TANI, Go. **Desporto para Crianças e Jovens. Razões e Finalidades**. Editora: UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1ª Edição – 2004.

GAYA, Adroaldo. TORRES, Lisiane. **O esporte na infância e adolescência. Alguns Pontos Polêmicos**. p. 57-74. *Desporto para Crianças e Jovens. Razões e Finalidades*. Editora: UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1ª Edição – 2004.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais**. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

GOUVÊA, Leda Aparecida Vanelli Nabuco de. **As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical**. *Revista Saúde e debate* 40 (111) • Oct-Dec 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201611116>>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Demográfico Brasileiro de 2022**. Brasília: IBGE 2022. Disponível em

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>.

JUNIOR, Adriano José Rossetto. BORIN, Marisa do Espírito Santo. **Políticas públicas de esporte no Brasil e os nexos com os megaeventos esportivos**. Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE) – ISSN 2448-3052 (on-line) - Sistema de Avaliação: Double Blind Review - São Paulo – Vol. 2 – Nº 2, p. 154-172, nov./2017 -

KUPPER, Agnaldo. **Educação Brasileira: Reflexões e Perspectivas**. Revista Eletrônica TERRA E CULTURA. ANO XX, Nº 39. Ano.2004 <Disponível em: https://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/39/Terra%20e%20Cultura_39-1.pdf>

LIBÂNIO, José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. Cad. Pesqui. 46 (159) • Jan-Mar 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053143572>>

LIMA, Maria Alice Dias da Silva. ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de. LIMA, Cristiane Cauduro. **A Utilização Da Observação Participante e da Entrevista Semiestruturada na pesquisa em enfermagem**. R. gaúcha Enferm., Porto Alegre, v.20, n. esp., p.130-142, 1999. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/4288/2250>>

LIMA. Rubens Rodrigues. **Para compreender a história da educação física**. Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.2, n.5, p.149-159, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/4173719/Para_compreender_a_hist%C3%B3ria_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_F%C3%ADsica>

LIMA, Luciana Leite. AGUIAR, Rafael Barbosa de. LUI, Lizandro. **Desenho de Políticas Públicas: análise da robustez das políticas de desenvolvimento das capitais brasileiras**. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, v. 31, n. 3, 2022, p. 24-49.

MALTA, Valéria Duarte; REIS NETO, Mário Teixeira; LEITE, Polliette Alciléia. **Os efeitos do absenteísmo docente no desempenhos discente: um estudo na Educação**

Básica pública. Revista Educação Pública, v. 19, nº 11, 11 de junho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/11/os-efeitos-do-absenteismo-docente-no-desempenho-discente-um-estudo-na-educacao-basica-publica>

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis Esporte: **um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea** Movimento, vol. 13, núm. 3, septiembre-diciembre, 2007, pp. 225-242 - Escola de Educação Física Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115314345010>>

MARQUES, Eduardo. FARIA, Carlos Alberto de. **A política pública como campo multidisciplinar.** 2ª Ed. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2018

MATSUDO, Victor K.R.; MATSUDO, Sandra M.M.; ARAUJO, Timóteo L.; RIBEIRO, Marcos A. **Dislipidemias e a promoção da atividade física: uma revisão na perspectiva de mensagens de inclusão.** R. bras. Ci e Mov. 2005; 13(2): 161-170.

MINAS GERAIS. Resolução CEE/MG nº 470/2019 - **Institui e orienta a implementação do Currículo Referência de Minas Gerais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental nas escolas do Sistema de Ensino de Minas Gerais.** Disponível em: <<https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/mpb-mg-resolucao-n-470-de-27-6-2019-curriculo-referencia-de-mg-607d841362326-pdf?query=Curr%C3%ADculos>>

MELO, Marcus André. "Estado, Governo e Políticas Públicas". In: MICELI, S. (org.). **O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995):** Ciência Política São Paulo/Brasília: Sumaré/Capes. 1999.

MORSCHBACHER, Márcia. MAURENTE, Viviane Maciel Machado. **O esporte como conteúdo de ensino da Educação Física Escolar: possibilidades e proposições didático-pedagógicas.** Caderno de Educação Física (ISSN 1676-2533 | e-ISSN 1983-8883) Marechal Cândido Rondon, v. 10, n. 19, p. 85-93, 2. sem., 2011. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/5482/6030>>

MOZZATO, Anelise Rebelato. GRZYBOVSKI, Denize. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios.** RAC, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, Jul./Ago. 2011. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/rac>>.

NEIRA, Marcos Garcia. **Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física**. Rev. Bras. Ciênc. Esporte 40 (3) Jul-Sep 2018. Disponível em : < <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.04.001>>

OLIVEIRA, D. A. **Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia**. Revista USP, [S. l.], n. 127, p. 27-40, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i127p27-40. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180037>.

PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane (2000) **“Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável”**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 15(42): 123-142.

ROSA, Júlia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Políticas públicas introdução** — Porto Alegre : Jacarta, 2021.

RUA, Maria das Graças. ROMANINI, Roberta. **Para Aprender Políticas Públicas: Conceitos e Teorias (Vol. 1)**. Instituto de Gestão Economia e Políticas Públicas. 2013 - Brasília-DF.

SILVA, P. L. B; MELO, M. A. B. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. UNICAMP. 2000. Disponível em: <http://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf>

SILVA, Rodrigo Sinnott. SILVA, Ivelissa da. SILVA Ricardo Azevedo da. SOUZA, Luciano. TOMASI, Elaine. **Atividade física e qualidade de vida**. Artigo • Ciênc. saúde coletiva 15 (1) • Jan 2010 , disponível em < <https://www.scielo.br/j/csc/a/tz8z48sFy9Nv7vsPQtcfBzj/?lang=pt>>.

SECHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SECHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas. Diagnóstico de problemas, recomendações de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

SILVA, Silvana do Nascimento. LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **As Vozes de Professores- Pesquisadores do Campo da Educação Ambiental sobre a Base**

Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação Infantil ao Ensino Fundamental. Revista Ciência & Educação. 2020.

SILVA, Roberta Moraes da; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. **Políticas Públicas e Sociedade.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7.n.10. out. 2021.

SILVESTRE, Bruno Modesto. SILVA, Dirceu Santos; SILVA, Junior Vagner Pereira da. **Avaliação de políticas públicas de esporte: o caso do Plano Brasil Medalhas 2016.** Revista Brasileira de Ciência do Esporte. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/rbce.42.2019.075>>

SOCIOLOGIAS, C. E.; SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** **Sociologias**, [S. l.], v. 8, n. 16, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>.

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Mathéus Conceição. **Contexto histórico da educação brasileira.** Revista Educação Pública, v. 19, nº 12, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira>

VELLOSO, Luciana. **Uma análise dos Parâmetros Curriculares de História para o Ensino Fundamental: propostas e possibilidades.** Revista Diálogos, Rio de Janeiro/RJ, n.6, Outubro de 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/dia-logos/article/view/23356>.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. Rev SOCERJ. 383-386, setembro/outubro, 2007;